

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**JOYCE MARIELE ARAUJO**

**A EXECUÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO APÓS O  
ADVENTO DA LEI FEDERAL Nº 12.594/2012**

**CURITIBA**

**2016**

**JOYCE MARIELE ARAUJO**

**A EXECUÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO APÓS O  
ADVENTO DA LEI FEDERAL Nº 12.594/2012**

Monografia apresentada à Faculdade de  
Direito, do Setor de Ciências Jurídicas da  
Universidade Federal do Paraná, como  
requisito parcial à obtenção do grau de  
Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Priscilla Placha Sá

**CURITIBA**


**2016**

TERMO DE APROVAÇÃO

JOYCE MARIELE ARAUJO

**A EXECUÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO  
ABERTO APÓS O ADVENTO DA LEI FEDERAL Nº 12.594/2012**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

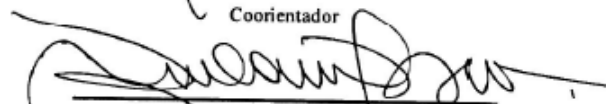


---

PRISCILLA PLACHÁ SÁ  
Orientador

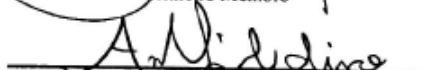
---

Coorientador



---

RUI CARLO DISENHA  
Primeiro Membro



---

ANDRÉ RIBEIRO GAMBERARDINO - Núcleo de  
Prática Jurídica  
Segundo Membro

*Ao meu amado,  
por todo carinho e incentivo.*

*“(...) Mama, just killed a man.*

*Put a gun against his head, pulled my trigger,  
now he’s dead.*

*Mama, **life had just begun!**”*

*(Freddie Mercury- Queen)*

## RESUMO

O presente trabalho refere-se ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE, lei federal que regulamenta a execução de medida socioeducativa no Brasil. Esta Lei de Execução foi pensada com o intuito de limitar a discricionariedade das equipes que atendem os adolescentes acusados de ato infracional, haja vista que a medida socioeducativa tem por escopo não apenas sancionar, pura e simplesmente o adolescente em conflito com a lei, mas visa, antes de tudo, através da desaprovação da conduta infracional, integrar socialmente este adolescente e garantir seus direitos individuais e sociais. Para tanto, serão analisados os principais marcos legislativos sobre os menores de idade no Brasil, principalmente a questão do adolescente enquanto sujeito de direitos. Ainda, serão abordados os princípios que regem a execução das medidas, tanto no meio fechado, como no aberto, de modo que o atendimento e o acompanhamento deste adolescente cumpra com sua finalidade socioeducativa. Por fim, serão analisadas as medidas executadas em meio aberto, que são a liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.

**Palavras-chave:** Adolescente. Medida Socioeducativa. SINASE. Meio aberto. Liberdade Assistida. Prestação de Serviços à Comunidade.

## **ABSTRACT**

The present work refers to the National System of Socio-educational Assistance - SINASE, federal law that regulates the execution of socio-educational measure in Brazil. This Law of Execution was conceived with the intention of limiting the law judgment option of the teams that attend the adolescents accused of an infraction, since the socio-educational measure goal is not only to sanction, purely and simply, the teenager in conflict with the law, but, first of all through the disapproval of the infraction conduct, socially integrate this adolescent and guarantee individual and social rights. To do so, the main legislative milestones regarding minors in Brazil, especially the issue of adolescents as subjects of rights, will be analyzed. Also, the principles governing the execution of the measures will be addressed, both in the closed and open environments, so that the care and follow-up of this adolescent fulfills his socio-educational purpose. Finally, the measures implemented in the open environment, which are the assisted freedom and the provision of services to the community, will be analyzed.

**Keywords:** Adolescent. Socio-educational Measure. SINASE. Open environment sentence. Assisted Freedom. Provision of Services to the Community.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 ETAPAS HISTÓRICAS .....</b>	<b>13</b>
2.1 DO TRATAMENTO PENAL INDIFERENCIADO .....	13
2.2 DO CARÁTER TUTELAR.....	17
2.3 A ETAPA GARANTISTA.....	23
<b>3 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO .....</b>	<b>28</b>
3.1 PRINCÍPIOS QUE REGEM A EXECUÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA .....	31
3.1.1 Princípio da Legalidade .....	31
3.1.2 Princípio da Excepcionalidade da intervenção judicial.....	32
3.1.3 Princípio da prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas .....	33
3.1.4 Princípio da proporcionalidade em relação à ofensa cometida .....	33
3.1.5 Princípio da brevidade .....	34
3.1.6 Princípio da Individualização .....	35
3.1.7 Princípio da mínima intervenção.....	36
3.1.8 Princípio da não discriminação do adolescente .....	37
3.1.9 Princípio do fortalecimento de vínculos .....	38
3.2 O PAPEL DO MUNICÍPIO NO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO .....	39
<b>4 A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO .....</b>	<b>44</b>
4.1 DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS .....	45
4.1.1 Prestação de Serviços à Comunidade.....	46
4.1.2 Liberdade Assistida .....	50
4.2 ANÁLISE DOS DADOS NA CIDADE DE CURITIBA .....	54
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>60</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A responsabilização do adolescente em conflito com a lei frequentemente vira pauta nos diferentes meios de comunicação, entretanto, nem sempre o debate público acerca deste tão delicado assunto consegue relacionar o infrator como um sujeito que se encontra em desenvolvimento e que carece de atenção especial. Ao invés da proteção integral do adolescente, pede-se a redução da maioridade penal<sup>1</sup>, na esperança de que o sistema carcerário contenha a ação dos jovens infratores. Busca-se, através dessa coação psicológica, frear o avanço da criminalidade juvenil. Em outras palavras, almeja-se que a pena cumpra com sua dupla finalidade, de “prevenir e reprimir as condutas ilícitas”<sup>2</sup>.

Esse efeito de intimidação que a pena provoca, denominado pela doutrina como Prevenção Geral, parece não possuir o mesmo caráter ameaçador quando se trata de medida socioeducativa. A sensação de impunidade piora quando se revela que, diante de determinado caso, a melhor solução é a medida socioeducativa em meio aberto. O que a sociedade quer, de modo geral, não está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. A sanção, como consequência de um ato infracional, não se funda na retribuição do mal causado, mas na construção de uma nova perspectiva de vida, sob o alicerce pedagógico.

Seguindo esta linha de pensamento, o discurso de que a redução da idade penal irá diminuir a violência é falho<sup>3</sup>. Ademais, “o cárcere é contrário a todo ideal educativo, porque este promove a individualidade, o autorrespeito do indivíduo, alimentado pelo respeito que o educador tem dele”<sup>4</sup>, portanto, “o instituto da pena não pode realizar a sua finalidade como instituto de educação”<sup>5</sup>. Deste modo, não parece coerente condicionar o adolescente infrator a este sistema repressivo, sem

---

<sup>1</sup> Vide a Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2012, que previa a desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos.

<sup>2</sup> DOTTI, René Ariel. **Curso de Direito Penal: parte geral**. 5. ed. rev., atual. e ampl. com a colaboração de Alexandre Knoppholz e Gustavo Britta Scandelari. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. P. 555.

<sup>3</sup> Conforme pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Defensores Públicos, no ano de 2012 foram registrados 524.728 crimes (tentados ou consumados no país) cometidos por adultos. Por outro lado, no mesmo ano foram registrados 21.744 atos infracionais. Logo, apenas 4% dos crimes/ infrações foram cometidos por menores de 18 anos. Disponível em: < [https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/22511/Porque\\_n\\_o\\_redu\\_o.pdf](https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/22511/Porque_n_o_redu_o.pdf) >. Acesso em: 14 nov. 2016.

<sup>4</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução à sociologia do Direito Penal**. 6. ed. 2011. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia. 2ª reimpressão, ago. 2014. P. 184.

<sup>5</sup> Idem.

estrutura alguma no que tange às possibilidades de amadurecimento e ressignificação de seus valores e objetivos.

Segundo ZAFFARONI, “a prisão se comporta como uma máquina deteriorante: *gera uma patologia cuja principal característica é a regressão*”<sup>6</sup>, situação que não é difícil de compreender, haja vista as condições miseráveis que se encontram os presídios. Além da restrição de liberdade,

(...) o preso é ferido na sua auto-estima, de todas as formas imagináveis, pela perda de privacidade, de seu próprio espaço, submissões a revistas degradantes, etc. A isso juntam-se as condições deficientes de quase todas as prisões: superpopulação, alimentação paupérrima, falta de higiene e assistência sanitária, etc.<sup>7</sup>

Dada a situação das prisões, o clamor popular, para que as penas sejam aplicadas aos menores de idade, parece desconhecer os reflexos negativos que isso pode gerar na vida dos adolescentes e futuramente, na própria sociedade. Não se trata de “passar a mão na cabeça” do infrator, mas de responsabilizá-lo de forma humana e de acordo com a sua condição de pessoa ainda em desenvolvimento.

Neste sentido, o primeiro capítulo se propôs a contextualizar o leitor acerca das principais legislações brasileiras referentes ao *menor infrator*. Durante a etapa penal indiferenciada, que se inicia com o surgimento dos códigos penais, no século XIX, os menores de idade eram punidos, de forma bastante arbitrária, sendo a única preocupação o caráter retribucionista da pena.

Com a instituição do Código Mello Mattos, em 1927, inicia-se a etapa protecionista, que de modo bastante amplo, institucionalizava crianças e adolescentes sem qualquer distinção entre quem necessitava de um abrigo ou quem necessitava de reforma. Todos eram abrigados na mesma instituição, logo, ser abandonado pela família ou ser infrator importava o mesmo destino: a FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor). Deste modo, a situação irregular do menor de idade justificava a atuação do Estado, que com um papel paternalista, buscava educar este “menor” com a privação de sua liberdade.

Somente com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1988 que a ideia de o menor de idade como sujeito de direitos ganhou força no

---

<sup>6</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991. P. 135.

<sup>7</sup> Idem.

Brasil. A Carta Magna estabeleceu a inimizabilidade dos menores de 18 anos e garantiu prioridade absoluta às crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) previu a responsabilização do adolescente em conflito com a lei e determinou as medidas socioeducativas cabíveis.

Apesar da intenção legislativa, os direitos individuais dos socioeducandos não foram respeitados. A realidade foi marcada, muitas vezes, pelos abusos realizados pelos profissionais encarregados da execução dessas medidas, tanto no meio fechado como no aberto. A prática estava em descompasso com a teoria garantista, assim, era preciso reorganizar os serviços prestados.

Neste sentido, foi instituído o Sistema Nacional Socioeducativo, que além de regular o processo de apuração de ato infracional também limitou a ação, muitas vezes discricionária, dos executores da medida. Este tema será abordado no segundo capítulo do presente trabalho, que buscou, através de uma revisão bibliográfica, analisar os nove princípios que regem a execução de medida socioeducativa, haja vista que até a promulgação da Lei nº 12.594/2012, não se tinha muita clareza acerca do funcionamento dos programas de atendimento.

Na sequência, será examinada a participação do Município no que se refere à execução da Medida Socioeducativa, tendo em vista que, no meio aberto, o programa se operacionaliza através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que são unidades de serviços de proteção social de média complexidade, conforme regulamenta a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução Nº119, de 11 de novembro de 2009.

No último capítulo serão analisadas a Liberdade Assistida e a Prestação de Serviços à Comunidade, entendidas como as verdadeiras medidas socioeducativas, visto que, além de não haver a privação da liberdade do adolescente, ele será atendido por uma equipe intersectorial que fará os encaminhamentos necessários para que ele tenha acesso a todas as políticas públicas voltadas à garantia de seus direitos, ademais, o adolescente será monitorado e avaliado para que não se perca o objeto pedagógico da medida.

Ainda que se constitua um sistema voltado à proteção integral do adolescente, não se pode negar o carácter penal da medida socioeducativa, afinal, ela é a resposta estatal para o adolescente que cometeu uma infração. Portanto, “a sanção estatutária, nominada medida socioeducativa, tem inegável conteúdo aflagitivo e por certo esta carga retributiva se constitui em elemento pedagógico

imprescindível à construção da própria essência da proposta socioeducativa”<sup>8</sup>. Logo, o discurso que atribui à socioeducação uma característica extremamente positiva tende a ser equivocado, posto que, na realidade, esta “distinção acadêmica entre educação e punição não existe ao nível da execução das sanções”<sup>9</sup>, de modo que para o adolescente que cumpre a medida socioeducativa, o que existe é uma sanção, independentemente dos eufemismos utilizados pelos intérpretes do Direito Penal Juvenil.

---

<sup>8</sup> SARAIVA, João Batista Costa. **Desconstruindo o Mito da Impunidade: Um Ensaio de Direito (Penal) Juvenil**. Brasília: 2002.

<sup>9</sup> CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **O adolescente infrator e os direitos humanos**. Disponível em: <[http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/adolescente\\_infrator.pdf](http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/adolescente_infrator.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2016.

## 2 ETAPAS HISTÓRICAS

A discussão que envolve a responsabilidade penal dos menores de idade não é recente, inclusive, a percepção e o tratamento dado a esses indivíduos passaram por inúmeras mudanças<sup>10</sup>. Conforme RIZZINI, “o perfil do jovem infrator brasileiro remonta, com frequência, a uma trajetória vivida na pobreza, ou seja, na falta de oportunidade e de acesso a recursos que garantam o desenvolvimento de seus potenciais”<sup>11</sup>. Neste sentido, o cometimento de um ato infracional enseja a análise do contexto vivido pelo adolescente e a forma encontrada para superar essas situações adversas, de modo que tais escolhas não se resumem a um único fator determinante.

Ademais, como nem sempre o atendimento ao adolescente em conflito com a lei foi pautado na promoção e proteção de seus direitos, faz-se importante o exame, ainda que breve, das mudanças que ocorreram no cenário da infância e juventude nestes dois últimos séculos.

### 2.1 DO TRATAMENTO PENAL INDIFERENCIADO

Esta etapa, de conteúdo extremamente retribucionista, remonta ao nascimento dos códigos penais do século XIX e perdura até 1919<sup>12</sup>. Neste período, em que as crianças eram concebidas como adultos em miniatura, o tratamento dado aos menores de idade era praticamente o mesmo destinado aos adultos, a exceção cabia apenas para os menores de sete (7) anos de idade, que não recebiam pena alguma, visto que não tinham capacidade de discernimento dos atos praticados<sup>13</sup>. Por outro lado, os infratores que estivessem na faixa etária de sete (7) a 18 anos de idade, eram punidos de forma atenuada, o que representava uma pena 1/3 menor que a imposta ao adulto. Portanto, nesta etapa se registram “a plena

---

<sup>10</sup> GARCÍA MÉNDES, Emilio. Evolución histórica del derecho de la infancia: ¿Por qué una historia de los derechos de la infancia? In: **Justiça, Adolescente e ato infracional**. Socioeducação e Responsabilização. Disponível em: <<https://www.tjsc.jus.br/infjuv/documentos/midia/publicacoes/cartilhas/criancaeadolescente/Justi%C3%A7a,%20Adolescente%20e%20Ato%20Infracional.%20Socioeduca%C3%A7%C3%A3o%20e%20Responsabiliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2016.

<sup>11</sup> RIZZINI, Irene. **Para Além das Grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo**. Organização de Maria Helena Zamora. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, 2005. P.11.

<sup>12</sup> Ibid., p. 08.

<sup>13</sup> Idem.

inimputabilidade equivalente à infância, e outra de inimputabilidade condicionada, cuja pedra angular foi o discernimento”<sup>14</sup>.

Neste sentido, SPOSATO salienta que “o modelo do discernimento parte de uma concepção retributiva da pena e se funda na ideia de culpabilidade como juízo de reprovação”, ou seja, “a culpa é o fundamento para a escolha da natureza, quantidade e substituição da pena”<sup>15</sup>, visto que o mais importante, naquele momento, era que a resposta estatal fosse proporcional à ofensa cometida, sem que isso tivesse o condão de reeducar o infrator.

No Brasil, a outorga do primeiro Código Criminal do Império, em 1830, definiu que os menores de 14 anos<sup>16</sup> não fossem julgados segundo as mesmas regras que os adultos e determinou que fossem acolhidos em casas de correção<sup>17</sup>, caso demonstrassem discernimento no cometimento do crime.

Ainda, o código previu a atenuação da pena ao réu que tivesse entre 14 e 17 anos de idade, assim, a pena total seria substituída por uma pena equivalente a imposta ao cúmplice de determinado crime, que se referia a pena de prisão com a obrigação de prestar algum trabalho dentro do recinto, pois aos menores de 21 anos era proibida a aplicação da pena de galés<sup>18</sup>. Também era prevista a pena de perdimento de bens, independentemente da idade do ofensor, como um meio de satisfazer o mal causado<sup>19</sup>.

<sup>14</sup> SPOSATO, Karyna Batista. **Direito penal de adolescentes: elementos para uma teoria garantista**. São Paulo: Saraiva, 2013. P. 53.

<sup>15</sup> DOTTI, René Ariel. **Curso de Direito Penal: parte geral**. 5. ed. rev., atual. e ampl. com a colaboração de Alexandre Knopfholz e Gustavo Britta Scandelari. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. P. 150.

<sup>16</sup> Art. 10: Não se julgarão criminosos:

Parágrafo 1º: os menores de 14 anos. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm)>. Acesso em: 09 ago. 2016.

<sup>17</sup> Art. 13. Se se provar que os menores de quatorze annos, que tiverem commettido crimes, obraram com discernimento, deverão ser recolhidos ás casas de correção, pelo tempo que ao Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda á idade de dezasete annos. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm)>. Acesso em: 09 ago. 2016.

<sup>18</sup> Art. 44. A pena de galés sujeitará os réos a andarem com calceta no pé, e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregarem-se nos trabalhos publicos da provincia, onde tiver sido commettido o delicto, à disposição do Governo. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm)>. Acesso em: 09 ago. 2016.

<sup>19</sup> Art. 11. Posto que os mencionados no artigo antecedente não possam ser punidos, os seus bens comtudo serão sujeitos á satisfação do mal causado. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm)>. Acesso em: 09 ago. 2016.

Com isso, “na falta de instituição de recolhimento prevista em lei, os menores eram lançados na mesma prisão que os adultos, em deplorável promiscuidade<sup>20</sup>”. Segundo MINAHIM, “era desumano trancar as crianças na mesma cela que os adultos”, como ocorria até então, “e submetê-las às mesmas formalidades processuais, juramentos, longas audiências para, afinal, serem declaradas culpadas como “verdadeiras criminosas”<sup>21</sup>.

Para RIZZINI, “a experiência brasileira de intervenção especializada junto aos menores de idade que infringiam as leis penais é iniciada sob o regime republicano”<sup>22</sup>, e pode ser verificada já no início da Proclamação da República com a promulgação do Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, que estabeleceria a inimputabilidade aos menores de nove (9) anos de idade. Por outro lado, ainda utilizava o discernimento no cometimento de um crime como critério para recolher os menores (entre nove e 14 anos) de idade<sup>23</sup> em instituições específicas, pelo tempo que o juiz considerasse necessário<sup>24</sup>.

Foram previstas as atenuantes aos indivíduos com idade entre 14 anos e 17 anos incompletos<sup>25</sup>, impondo uma pena semelhante a que seria imposta ao cúmplice de um crime, ou seja, era aplicada a este delinquente a punição referente à tentativa

<sup>20</sup> SCHECAIRA, Sergio Salomão. **Sistema de Garantias e o Direito Penal Juvenil**. 2. ed. ver. e atual., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. P. 30.

<sup>21</sup> MINAHIM, Maria Auxiliadora. **Tratamento jurídico-penal das infrações penais praticados por adolescentes: uma terceira via**. Artigo publicado em: Revista *Duc In Altum* - Cadernos de Direito, vol. 7, nº12, mai-ago. 2015. Disponível em: <<http://www.faculadadedamas.edu.br/revistas/index.php/cihjur/article/view/434/456>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

<sup>22</sup> RIZINI, Irma. O surgimento das instituições especializadas na internação de menores delinquentes. In: **Para Além das Grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo**. Organização de Maria Helena Zamora. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, 2005. P. 14.

<sup>23</sup> Art. 27. Não são criminosos:

§ 1º Os menores de 9 anos completos;

§ 2º Os maiores de 9 e menores de 14, que obrarem sem discernimento. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

<sup>24</sup> Art. 30. Os maiores de 9 anos e menores de 14, que tiverem obrado com discernimento, serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, pelo tempo que ao juiz parecer, comtanto que o recolhimento não exceda á idade de 17 anos. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

<sup>25</sup> Art. 65. Quando o delinquente for maior de 14 e menor de 17 anos, o juiz lhe a aplicará as penas da cumplicidade. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

de determinado crime, equivalente a 1/3 da pena aplicada ao adulto<sup>26</sup>. Tal benefício, da pena reduzida, também se estendia aos menores de 21 anos.

Com o intuito de estabelecer novas estratégias de controle social foi criado, no ano de 1902, o Instituto Disciplinar na cidade de São Paulo, “não só para menores considerados criminosos, como também para todos aqueles passíveis de serem recolhidos pela polícia”<sup>27</sup>, ou seja, destinava-se aos infratores das leis penais, crianças e adolescentes, “os moralmente abandonados, definidos como os filhos dos condenados que não tiveram condições de educar seus filhos”<sup>28</sup>, os vagabundos e menores (entre nove e 14 anos) que cometeram a infração, mas que não tinham discernimento.

No Rio de Janeiro, os menores presos pela polícia eram encaminhados para três diferentes instituições: Escola Premunitória Quinze de Novembro (1899), Colônia Correccional de Dois Reis (1902) e Escola de Menores Abandonados (1907). Mas havia, ainda, “dois possíveis destinos para os menores recolhidos: a Casa de Detenção e o Depósito de Presos”<sup>29</sup>. Como não bastasse o grave problema da superlotação nas instituições, os menores ainda poderiam ser levados a essas instituições prisionais, destinadas a adultos condenados por crimes e contravenções. Deste modo, os menores de idade eram submetidos a total isolamento, visto que também eram privados de seus laços afetivos.

Neste período, também havia uma preocupação com os “pivetes de rua”, de modo que a solução encontrada pelo governo foi “uma política de educação dos menores desvalidos por meio do trabalho rural”<sup>30</sup>. Assim, foram criados os patronatos agrícolas para os menores (de oito a 18 anos), retirados da rua pela polícia. O resultado disso foi a submissão desses menores pelos diretores dos estabelecimentos, que se utilizavam de um suposto poder “para escravizar os

---

<sup>26</sup> Art. 64. A cumplicidade será punida com as penas da tentativa e a cumplicidade da tentativa com as penas desta, menos a terça parte. Quando, porém, a lei impuzer á tentativa pena especial, será applicada integralmente essa pena á cumplicidade. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

<sup>27</sup> RIZINNI, Irma. O surgimento das instituições especializadas na internação de menores delinquentes. In: **Para Além das Grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo**. Organização de Maria Helena Zamora. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, 2005. P. 14.

<sup>28</sup> Ibid., p. 16.

<sup>29</sup> Ibid., p. 15.

<sup>30</sup> Ibid., p. 26.



meninos, fazendo-os trabalhar no campo, para benefício próprio”<sup>31</sup>. RIZZINI classifica isso como verdadeiros “centros de castigo para a infância abandonada e delinquente”.

Diante da ineficácia do sistema e “com a passagem do século XIX para o século XX, inicia-se uma nova etapa de regulação da Justiça Juvenil”<sup>32</sup>. Assim, considerando que “o critério fundamental de punibilidade não se fixa na intenção do sujeito, mas sim no perigo que representa para a sociedade”<sup>33</sup> e, “concebendo o delinquente como débil e inferior, a ele devem ser dirigidas medidas de proteção, e não penas”<sup>34</sup>. Para tanto, surge “uma autêntica pedagogia correcional e um direito penal voltado não mais ao castigo, e sim à correção efetiva do delinquente”<sup>35</sup>.

## 2.2 DO CARÁTER TUTELAR

A segunda etapa, conhecida pelo caráter tutelar, surge no final do século XIX, período em que foram criadas as legislações especializadas (as leis dos menores) e a administração especializada na justiça juvenil, vide os Tribunais dos Menores- também conhecido por Juizado de Menores. Este novo modelo foi recepcionado na América Latina em 1920, pela Argentina, e depois se estendeu por todo o continente. Dentre as características deste momento se destaca a separação dos adultos e menores de idade nas instituições carcerárias.

No Brasil, o representante desta modificação legislativa foi o Código de Menores, conhecido também por Código Mello Mattos. Promulgado em 1927, teve como pressuposto a consolidação das leis de assistência social e a proteção dos menores de 18 anos, de ambos os sexos, de modo que tanto os delinquentes como os abandonados ficassem amparados pelo Estado.

Neste contexto, a “resposta adequada para o cometimento de um delito não será a imposição de sanções, mas sim a aplicação de medidas de caráter diverso, conforme o sujeito”<sup>36</sup>. Entretanto, esse momento histórico, que também ficou

---

<sup>31</sup> RIZZINI, Irma. O surgimento das instituições especializadas na internação de menores delinquentes. In: **Para Além das Grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo**. Organização de Maria Helena Zamora. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, 2005. P. 26.

<sup>32</sup> SPOSATO, Karyna Batista. **Direito penal de adolescentes: elementos para uma teoria garantista**. São Paulo: Saraiva, 2013. P. 53.

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Ibid., p. 54.

<sup>36</sup> SCHECAIRA, Sergio Salomão. **Sistema de Garantias e o Direito Penal Juvenil**. 2. ed. ver. e atual., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. P. 35.

conhecido por seu caráter protecionista, revela que “não havia distinção entre os menores que necessitavam de proteção em razão de seu estado carente, e menores necessitados de reforma<sup>37</sup>”. Para SCHECAIRA os mecanismos presentes nesta etapa tutelar “significavam a existência de um sistema de controle social formal, fortemente ancorado em medidas institucionalizadoras, com medidas de caráter penal, sem um devido processo legal<sup>38</sup>”.

O Capítulo IV, da referida Lei, se encarregou dos menores abandonados. Dentre os incisos, responsáveis por qualificar o indivíduo que estava em situação de risco, figuravam desde o menor que não possuía moradia certa ao menor vítima de maus tratos, considerando “vadios” os menores que, apesar de residirem com os pais ou responsáveis, eram ociosos, isto é, não estudavam nem trabalhavam e, ainda, diferenciava os mendigos e “libertinos”. Também dava poderes à autoridade competente para que providenciasse um local adequado para que estes menores, em situação irregular, pudessem permanecer até os 18 anos. Cabe frisar que, para definir este local, o juiz analisava a habitualidade da mendicância, vadiagem ou criminalidade, de modo que o menor poderia ser abrigado em uma instituição de caridade ou de ensino público ou privada ou em escola de preservação, conforme art. 61 do Código.

Por sua vez, o Capítulo VII do Código dos Menores tratou dos “menores delinquentes”. Garantiu que o menor de 14 anos não ficasse submetido ao processo penal, mas que, no caso do cometimento de um ilícito, fosse realizado um estudo social acerca do ato praticado, para que se pudesse ter um “laudo” de seu estado físico, mental, moral e também, a respeito de sua situação econômica<sup>39</sup>. Caso o menor de 14 fosse abandonado e cometesse um crime, a medida aplicada seria o internamento em “casa de educação, escola de preservação ou, ainda, poderia ser encaminhado a alguma pessoa que se responsabilizasse por sua educação” pelo tempo necessário, ou até os 21 anos de idade<sup>40</sup>. Ao menor não abandonado ficaria a critério do juiz a escolha das medidas que considerasse “úteis”<sup>41</sup>.

---

<sup>37</sup> SCHECAIRA, Sergio Salomão. **Sistema de Garantias e o Direito Penal Juvenil**. 2. ed. ver. e atual., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. P. 35.

<sup>38</sup> Ibid., p. 39.

<sup>39</sup> Vide art. 68. **Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2016.

<sup>40</sup> Vide parágrafo 2º, art. 68. **Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927**.

<sup>41</sup> Vide parágrafo 3º, art. 68. **Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927**.

Se o menor, que estivesse entre 14 e 18 anos de idade, praticasse um delito, seria submetido a um processo penal especial ao mesmo tempo em que se realizaria um estudo social acerca de sua vida, tal qual ocorria aos menores de 14 anos<sup>42</sup>. Caso ele sofresse de alguma deficiência, p. ex. mental, caberia tratamento diferenciado. Ao menor não abandonado, caberia o internamento em escola de reforma, pelo prazo mínimo de um e no máximo cinco anos. Ao menor abandonado a internação era de no mínimo três e no máximo sete anos.

Caso o menor tivesse entre 16 e 18 anos de idade na data do cometimento do crime, poderia o juiz, analisando as circunstâncias do fato, as condições pessoais do agente e a gravidade do fato, punir o menor, de modo que ficasse preso em prisão comum, separado dos adultos, até que fosse verificada sua regeneração ou, até o limite de duração da pena<sup>43</sup>. Para os casos menos graves, considerados como contravenção, estava prevista a medida de advertência<sup>44</sup>.

A medida de internação em escola de reforma poderia ser alterada, conforme informação fundamentada do diretor do estabelecimento, desde que o menor tivesse entre 14 e 18 anos, podendo ser declarada a Liberdade Viglada<sup>45</sup> do menor sentenciado em até um ano de internação, inclusive, o juiz poderia retardar até o máximo estabelecido em lei o desligamento deste menor da instituição. Esta Liberdade Viglada, prevista no capítulo VIII do Código Mello Mattos, significava que o menor permaneceria em companhia dos pais ou responsáveis, mas estaria sob a vigilância do juiz, que poderia impor algumas condições para o menor e sua família, dentre elas, a obrigação do menor comparecer em juízo nas datas e horários determinados. Havendo descumprimento de alguma das condições impostas, a liberdade seria revogada e o menor internado<sup>46</sup>. Cabe mencionar que, com a promulgação do Novo Código Penal, em 1940, a responsabilidade plena, no âmbito penal, foi fixada para os maiores de 18 anos.

Em 1941, foi criado, no Rio de Janeiro, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), subordinado ao Ministério da Justiça, com a finalidade de orientar os serviços de assistência aos menores “desvalidos” e “delinquentes”; recolher os menores em estabelecimentos adequados; abrigar os menores; estudar as causas

---

<sup>42</sup> Vide art. 69. **Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927.**

<sup>43</sup> Vide art. 71. **Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927.**

<sup>44</sup> Conforme artigos 72; 82 e 175, I, do **Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927.**

<sup>45</sup> Art. 91. **Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927.**

<sup>46</sup> Art. 94. **Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927.**

de abandono e delinquência juvenil. Sob sua gestão surge, por volta de 1955, a ideia de distribuir os infratores “de acordo com o grau de periculosidade apresentado e com a possibilidade de recuperação”<sup>47</sup>, isto é, seria inaugurado “um centro modelar de readaptação de menores (entre 14 e 18 anos)”<sup>48</sup> para que lá, os adolescentes aprendessem algum ofício, “mercenária, alfaiataria, mecânica, entre outras”<sup>49</sup>. Deste modo, a pena era vista como um bem, isto é, no pensamento da época, a lei somente seria cumprida se o dano causado fosse totalmente reparado e se dano interior no autor fosse eliminado, “permitindo que o delinquente fosse concebido como um ser necessitado de ajuda”<sup>50</sup>, assim, caberia ao Estado “corrigir o delinquente mediante a limitação de sua liberdade”<sup>51</sup>.

Com o advento do período militar, em 1964, “o Estado passou a entender que o menor de rua, o menor em conflito com a lei e o menor abandonado colocavam em jogo a ordem social e a Doutrina da Segurança Nacional”<sup>52</sup>, portanto, no mesmo ano o Poder Executivo autorizou a criar, por meio da Lei nº 4.513, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que tinha como objetivo “formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor”<sup>53</sup>, além disso, previa prioridade aos programas que visassem à integração do menor na comunidade, através de assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos, vide art. 6º, II. Conforme FERRAREZI, a execução do trabalho direto com os menores era realizada pela Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), com o objetivo de reformar o comportamento individual, entretanto, este modelo assistencialista

baseou-se na autoridade judicial e na necessidade da disciplina e da correção. Ao assumir o papel paternalista, o Estado passa a intervir combatendo os menores causadores de “desordem social” e os males dos

---

<sup>47</sup> RIZINNI, Irma. O surgimento das instituições especializadas na internação de menores delinquentes. In: **Para Além das Grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo**. Organização de Maria Helena Zamora. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, 2005. P. 24.

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> SPOSATO, Karyna Batista. **Direito penal de adolescentes: elementos para uma teoria garantista**. São Paulo: Saraiva, 2013. P. 79.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> CAMPOS VIANNA, Guaraci de. **O Código de Mello Mattos e o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Conexões. Revista da EMERJ. V.1, n. 1- Rio de Janeiro: EMERJ, 1998. Disponível em: <[http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/volume10\\_edicoespecial/volume10\\_edicao especial.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/volume10_edicoespecial/volume10_edicao especial.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2016.

<sup>53</sup> FUNABEM. **Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964**. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/noticias/arquivo/funabem---lei-n-o-4513-de-1o-de-dezembro-de-1964>>. Acesso em: 29 out. 2016.

"desassistidos". Esse processo foi acompanhado de boa dose de coerção, promovendo-se a segregação do menor em instituições fechadas com o propósito de tratá-lo e devolvê-lo "são" à sociedade<sup>54</sup>.

Coincidência ou não, o segundo Código de Menores foi promulgado no ano em que se comemorava o Ano Internacional da Criança, contudo, não instituiu muitas mudanças no que se refere aos direitos e garantias processuais dos menores. Deste modo, a Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, representou o segundo momento da etapa tutelar, dispondo sobre assistência, proteção e vigilância aos menores com até 18 anos de idade em situação irregular e, excepcionalmente, em casos de indivíduos entre 18 e 21 anos.

Por irregular se entendia a situação do menor privado de uma condição digna de vida, vítima de maus tratos, com desvio de conduta, em perigo moral e os infratores. Dentre as medidas cabíveis estavam, a advertência, entrega aos pais mediante termo de responsabilidade, colocação em lar substituto, liberdade assistida, semiliberdade e internação no estabelecimento que o juiz considerasse mais adequado ao caso, que variava desde estabelecimento educacional até o psiquiátrico, vide art. 14. Além disso, na falta de estabelecimento adequado para internação poderia ser utilizado o estabelecimento destinado aos adultos, conforme o art. 41. Ainda, no caso de o menor completar 21 anos, sem que tivesse sido declarada extinta sua internação, a medida seria substituída pela pena, passando à jurisdição da Execução Penal.

Neste viés, as políticas públicas tendiam mais à repressão do que a assistência dos menores, tendo em vista que a lei era muito abrangente na caracterização da pessoa em situação irregular. Ademais, o Código de Menores de 1979, "criado no final do regime militar, ratificava uma visão consolidada e ultrapassada, que ignorava garantias às crianças e adolescentes, como se eles fossem objetos do direito, e não sujeitos dele"<sup>55</sup>. Com esta visão, "não era raro o menor abandonado ser colocado no mesmo estabelecimento que agentes

---

<sup>54</sup> FERRAREZI, Elisabete Roseli. **Evolução das Políticas Dirigidas à Infância e à Juventude: a Secretaria do Menor de São Paulo e a introdução de um novo paradigma**. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5327/1199600054.pdf?sequence=1>>.

Acesso em: 29 out. 2016.

<sup>55</sup> SCHECAIRA, Sergio Salomão. **Sistema de Garantias e o Direito Penal Juvenil**. 2. ed. ver. e atual., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. P. 42.

infratores”<sup>56</sup>, ou seja, não existia uma separação concreta dos estabelecimentos que abrigavam esses indivíduos.

Por sua vez, “a força conferida ao Juiz de Menores dava a ele um amplo poder inquisitivo”<sup>57</sup>, visto que, sob previsão legal do *prudente arbítrio* (art. 8º), poderia determinar todas as medidas que entendesse necessárias à assistência, proteção e vigilância do menor. Destarte, bastava considerar a situação irregular para que o judiciário atuasse, e “dependendo dos instrumentos à disposição do magistrado, poderia esta criança ou adolescente, ser submetida a estabelecimentos inadequados ou mesmo à institucionalização”<sup>58</sup>.

Por outro lado, ainda que fosse considerado inimputável, “o infrator estaria sujeito a regras que poderiam ser mais rígidas do que aquelas previstas no Código Penal para os imputáveis”<sup>59</sup>. Para RIZZINI, “as políticas públicas levaram ao extremo o uso clientelístico das instituições do Estado, ao provocar mutilações, físicas e psicológicas, e até a morte, daqueles que deveriam ser protegidos pelos Poderes Públicos”<sup>60</sup>.

Além da ineficácia dessa etapa tutelar, sua superação também se deve ao fato de terem sido publicadas, em 1985, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing), que reconheceu que os jovens, “por se encontrarem ainda numa etapa inicial do desenvolvimento humano, requerem uma atenção e uma assistência especiais”, além de estabelecer que os Estados devem promover o bem-estar do menor, reduzir a necessidade de intervenção da lei e tratar de forma eficaz, equitativa e humanitária o jovem em conflito com a lei.

Neste período, a Pastoral do Menor, da arquidiocese de São Paulo passa a disseminar “a concepção do menor como sujeito da história e como sujeito do processo pedagógico, cujo tratamento adequado deveria se dar no contexto social em que estava inserido e não em instituições fechadas”<sup>61</sup>. Segundo FERRAREZI, a

<sup>56</sup> SCHECAIRA, Sergio Salomão. **Sistema de Garantias e o Direito Penal Juvenil**. 2. ed. ver. e atual., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. P. 43.

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> RIZZINI, Irma. O surgimento das instituições especializadas na internação de menores delinquentes. In: **Para Além das Grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo**. Organização de Maria Helena Zamora. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, 2005. P. 21.

<sup>61</sup> FERRAREZI, Elisabete Roseli. **Evolução das Políticas Dirigidas à Infância e à Juventude: a Secretaria do Menor de São Paulo e a introdução de um novo paradigma**. Disponível em:

postura da Igreja “significou um expressivo avanço frente às concepções até então dominantes, que desvinculavam o problema do menor de suas origens socioeconômicas”<sup>62</sup>. Salienta ainda, que surgiu nesse momento o Movimento de Defesa do Menor em São Paulo que, além de “defender os direitos das crianças e jovens, trouxe à tona denúncias de maus-tratos e de violência cometidas pela polícia e pela FEBEM/SP”.

### 2.3 A ETAPA GARANTISTA

A terceira etapa, também conhecida como modelo de responsabilidade, ganha força na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em 1989. Foi assim denominada porque colocou o menor de idade na posição de sujeito de direitos, “com capacidade progressiva para exercê-los”<sup>63</sup>, ademais, é um modelo que se utiliza tanto do aspecto educativo, quanto do judicial.

Com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição Federal em 1988, muito do que se tinha estabelecido a respeito da situação dos menores teve de ser revisto. Assim, garantiu prioridade absoluta às crianças e adolescentes no que tange a uma vida saudável e livre de todo e qualquer tipo de violência e exploração (art. 227) e estabeleceu a inimputabilidade aos menores de 18 anos (art. 228), logo, não se sujeitam às penas previstas no Código Penal. Com o fim de densificar a normatividade da proteção especial, prevista no art. 227 da Constituição, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), que “proclama um sistema de mais garantias, incorporando uma série de direitos materiais e processuais para preservação dos direitos infanto-juvenis”<sup>64</sup>, permitindo desta forma o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, tal como preceitua a nossa Carta Magna.

Ademais, esta etapa também se caracteriza pela “separação, participação e responsabilidade”<sup>65</sup>, isto é, passa-se ao entendimento de que os problemas sociais

---

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5327/1199600054.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 29 out. 2016.

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> SPOSATO, Karyna Batista. **Direito penal de adolescentes: elementos para uma teoria garantista**. São Paulo: Saraiva, 2013. P. 84.

<sup>64</sup> Ibid., p. 45.

<sup>65</sup> GARCÍA MÉNDES, Emilio. Evolución histórica del derecho de la infancia: ¿Por qué una historia de los derechos de la infancia? In: **Justiça, Adolescente e ato infracional**. Socioeducação e Responsabilização. Disponível em: <<https://www.tjsc.jus.br/infjuv/documentos/midia/publicacoes/cartilhas/criancaeadolescente/Justi%C3>

devem ser tratados de forma separada dos conflitos com a lei; dá ao menor de idade o direito de se expressar livremente e assim, entende-se que o direito de ouvir e ser ouvido insere este sujeito não apenas nas questões sociais, mas também o responsabiliza penalmente pelos atos contrários à lei. Para muitos autores, em especial GARCÍA MENDES, o Estatuto da Criança e do Adolescente representou a inauguração desta etapa garantista,

El ECA de Brasil constituye la primera innovación sustancial latinoamericana respecto del modelo tutelar de 1919. Durante más de setenta años, desde 1919 a 1990, las “reformas” a las leyes de menores constituyeron apenas variaciones de la misma melodía<sup>66</sup>.

Este modelo de responsabilização dos adolescentes significa um modelo de justiça e de garantias<sup>67</sup>, afinal, se pauta no princípio da diversidade de tratamento conforme a faixa etária, assim, ao definir criança como o indivíduo que possui até 12 anos incompletos, o ECA instituiu que, no caso de um ato infracional, esta criança fique submetida às medidas de proteção (art. 101), ou seja, não será responsabilizada conforme os ditames da socioeducação, visto que as medidas socioeducativas somente serão atribuídas àqueles indivíduos que integrem a faixa etária de 12 a 18 anos de idade (adolescentes) e excepcionalmente, até aos 21 anos (jovens adultos).

É evidente que “o adolescente deve continuar inimputável penalmente, no sentido de não ser submetido ao processo penal, nem às sanções dos adultos”<sup>68</sup> e, claro, de forma alguma deve ser colocado nas mesmas instituições que estes. Para GARCÍA MENDES, “os adolescentes são e devem seguir sendo penalmente responsáveis pelos seus atos (típicos, antijurídicos e culpáveis)”, afinal, criar eufemismos para dizer que o adolescente será responsabilizado por um ato infracional não retira o verdadeiro significado do termo, que é uma resposta estatal frente a um ato contrário à norma positivada no nosso sistema jurídico.

---

%A7a,%20Adolescente%20e%20Ato%20Infracional.%20Socioeduca%C3%A7%C3%A3o%20e%20Responsabiliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 11 out. 2016.

<sup>66</sup> Ibid., p. 08.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Ibid., p. 19.



Esta “responsabilidade- neste caso penal- dos adolescentes é um componente central de seu direito a uma plena cidadania”<sup>69</sup>. Neste sentido, “o reconhecimento de atenuantes e alternativas à institucionalização por razões garantistas e também em virtude da não dessocialização não afasta o Direito Penal”<sup>70</sup>.

A respeito do que fora estabelecido na CF/88 sobre inimputabilidade penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente limitou o termo criança à pessoa com até doze anos de idade incompletos e, adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (ECA, art. 2º), aplicando aos adolescentes infratores uma medida socioeducativa. Assim, por considerar a personalidade de quem está em desenvolvimento, o ECA optou pela readequação da expressão crime e definiu como ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal, praticada por menores de 18 anos, numa tentativa de reduzir o caráter estigmatizante que a palavra carrega. Por outro lado, não retirou a responsabilização do adolescente infrator, ao contrário, determinou que a autoridade competente aplique as medidas cabíveis, dentre as designadas no art. 112, do ECA, sempre que constatado o ato infracional.

Neste sentido, se um adolescente matar alguém, estaria cometendo uma infração análogo ao crime de homicídio, visto que na essência praticou o crime de homicídio, que é um bem de relevante valor jurídico- o direito à vida. Assim, “considerando a sua condição peculiar de ser em desenvolvimento que não atingiu maturação biopsicossocial suficiente para agir refletidamente”<sup>71</sup>, o ECA preconiza que o adolescente cometeu um ato infracional grave, portanto, fica sujeito ao devido processo legal e conseqüentemente, deverá ser responsabilizado por tal ato, de modo que recaia sobre este adolescente uma medida socioeducativa. Segundo BANDEIRA,

(...) a atitude agressiva e violadora de um bem jurídico relevante traduz desvio de conduta, que atrai a necessidade de o adolescente receber

<sup>69</sup> GARCÍA MÉNDES, Emilio. Evolución histórica del derecho de la infancia: ¿Por qué una historia de los derechos de la infancia? In: **Justiça, Adolescente e ato infracional**. Socioeducação e Responsabilização. Disponível em: <<https://www.tjsc.jus.br/infjuv/documentos/midia/publicacoes/cartilhas/criancaeadolescente/Justi%C3%A7a,%20Adolescente%20e%20Ato%20Infracional.%20Socioeduca%C3%A7%C3%A3o%20e%20Responsabiliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2016. P. 19.

<sup>70</sup> SPOSATO, Karyna Batista. **Direito penal de adolescentes: elementos para uma teoria garantista**. São Paulo: Saraiva, 2013. P. 87.

<sup>71</sup> BANDEIRA, Marcos. **Atos Infracionais e Medidas Socioeducativas: uma leitura dogmática, crítica e constitucional**. Ilhéus: Editus, 2006. P. 27.

orientação psicopedagógica, no sentido de despertar os valores da promoção social indispensáveis para a sua reinserção pacífica e útil no meio social<sup>72</sup>.

Entretanto,

(...) apesar do Estatuto, há uma grande distância entre o que prescrevem suas normas e a realidade, não só no que diz respeito ao procedimento para apuração do ato infracional, mas na aplicação e execução das medidas, sobretudo a internação. No âmbito institucional, as entidades que cuidam da internação são, em maioria, deploráveis<sup>73</sup>.

De modo geral, pode-se dizer que “a legislação brasileira não se reduz às medidas aplicáveis quando um menor de idade comete um delito, e sim corresponde a todas as espécies de políticas e programas dirigidos à infância e a juventude”<sup>74</sup>. Para SPOSATO, “o Direito Penal Juvenil, presente no texto do Estatuto, é a *Última Ratio* do Sistema de Justiça da Infância e Juventude”, afinal, é “evidente que a matéria correspondente à imposição de medidas sancionadoras aos menores de idade quando tenham cometido um delito se refere ao Direito Penal”<sup>75</sup>. Além de que, todo o rol de proibições impostas aos adultos também deve ser observado e respeitado pelos menores de idade, é o que se classifica como *tipificação delegada*, “remetendo-se em bloco ao que é considerado delitivo ao adulto para definir as infrações dos adolescentes”<sup>76</sup>. No que tange às consequências de uma infração, “ainda que revestidas por um conteúdo educativo, as medidas aplicáveis resultam em restrição de direitos, inclusive com a privação de liberdade”<sup>77</sup>.

Desde a promulgação do ECA, “muitos estudos e experiências demonstraram o quanto o sistema socioeducativo ainda não incorporou nem universalizou em sua prática todos os avanços consolidados na legislação”<sup>78</sup>, isto é, apesar de

<sup>72</sup> BANDEIRA, Marcos. **Atos Infracionais e Medidas Socioeducativas: uma leitura dogmática, crítica e constitucional**. Ilhéus: Editus, 2006. P. 28.

<sup>73</sup> MINAHIN, Maria Auxiliadora. **Tratamento jurídico-penal das infrações penais praticados por adolescentes: uma terceira via**. Artigo publicado em: Revista *Duc In Altum* - Cadernos de Direito, vol. 7, nº12, mai-ago. 2015. Disponível em: <<http://www.faculdedamas.edu.br/revistas/index.php/cihjur/article/view/434/456>>. Acesso em: 24 out. 2016.

<sup>74</sup> SPOSATO, Karyna Batista. **Direito penal de adolescentes: elementos para uma teoria garantista**. São Paulo: Saraiva, 2013. P. 87.

<sup>75</sup> Ibid., p. 89.

<sup>76</sup> Ibid., p. 90.

<sup>77</sup> Idem.

<sup>78</sup> BRASIL. **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos operativos para o SINASE**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/plano-nacional-de-atendimento-socioeducativo-diretrizes-e-eixos-operativos-para-o-sinase>>. Acesso em: 29 out. 2016.

valorizados, os direitos dos adolescentes em conflito com a lei continuaram desrespeitados. A discricionariedade dos profissionais envolvidos com a execução das medidas, elencadas pelo ECA (art. 1112), não refletia o real objetivo da socioeducação, portanto, passou a ser necessária a criação de uma lei que disciplinasse a execução de medidas socioeducativas.

Com muita expectativa de reorganização dos serviços e políticas públicas voltadas aos interesses dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, foi sancionada a Lei nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que será analisado no próximo capítulo.

### 3 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Segundo SARAIVA, a mobilização popular que resultou no Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, “trouxe sentimento de que aquela Lei, no contexto da nova ordem que a Constituição de 1988 estabelecia, produziria um outro Brasil”<sup>79</sup>. Entretanto, o ECA deixava a execução da medida socioeducativa à mercê da discricionariedade de quem, na prática, acompanhava os adolescentes. Na esperança de limitar esse espaço de indefinição do atendimento e acompanhamento dos adolescentes em conflito com a lei que o Desembargador Antônio Fernando Amaral e Silva, em 1998, “apresentou uma proposta de Lei de Execução das Medidas Socioeducativas, buscando regulamentar o processo e o protagonismo dos diversos atores”<sup>80</sup>.

Após diversos debates acerca da necessidade, ou não, de se regulamentar a execução da medida socioeducativa, houve quem argumentasse que o ECA não precisava de complemento, mas de cumprimento. Era evidente a dificuldade que as equipes encontravam para realizar o bom andamento das medidas impostas aos adolescentes, visto que na falta de uma lei norteadora, utilizava-se do “bom senso” e o livre arbítrio para executar as medidas socioeducativas.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE- foi instituído pela Resolução nº 119/ 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Conforme a Resolução, “o SINASE constitui-se de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais” (art. 2º). Além disso, é “um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas” (art. 3º). Portanto,

a implementação do SINASE objetiva primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos.

---

<sup>79</sup> SARAIVA, João Batista Costa. **Legem Habemus! O SINASE agora é lei**. Disponível em: <[https://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/revista\\_digital/numero\\_06/4\\_legem\\_habemus.pdf](https://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/revista_digital/numero_06/4_legem_habemus.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2016.

<sup>80</sup> Idem.

Defende, ainda, a ideia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturada, principalmente, em bases éticas e pedagógicas<sup>81</sup>.

Este sistema nacional “constitui-se de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais”<sup>82</sup>, tais como o Sistema Educacional, Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social e Sistema de Justiça e Segurança Pública. Neste sentido, “é indispensável à articulação das várias áreas para maior efetividade das ações, inclusive com a participação da sociedade civil”<sup>83</sup>. Para DIGIÁCOMO, o atendimento desses adolescentes e suas famílias deve ter caráter eminentemente intersetorial,

(...) que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e equipamentos públicos, acabando de uma vez por todas com o “isolamento” do Poder Judiciário quando do atendimento desta demanda, assim como com a “aplicação de medidas” apenas no “papel”, sem o devido respaldo em programas e serviços capazes de apurar as causas da conduta infracional e proporcionar- de maneira concreta- seu *tratamento e efetiva solução*, como seria de rigor<sup>84</sup>.

Com o advento da lei que instituiu o SINASE, passou a ser obrigatória, às três esferas do governo, a elaboração e a implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, de abrangência decenal, com a oferta de programas destinados à execução das medidas socioeducativas. Compete à União formular e coordenar a execução da política nacional de atendimento socioeducativo (art. 3º, I), além de estabelecer as diretrizes gerais sobre a organização e funcionamento dos programas de atendimento. Aos Estados compete criar, desenvolver e manter programas para a execução de semiliberdade e internação (art. 4º, III). Aos municípios compete criar e manter programas de atendimento para a execução de medidas socioeducativas em meio aberto (art. 5º, III).

<sup>81</sup> BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília. DF: CONANDA, 2006.

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> Idem.

<sup>84</sup> DIGIÁCOMO, Eduardo. **O SINASE (Lei nº 12.594/12) em perguntas e respostas**. São Paulo: Ed. Ixtlan, 2016. Disponível em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/doutrina/sinase/sinase\\_em\\_perguntas\\_e\\_respostas\\_par\\_a\\_conselheiros\\_tutelares\\_ed2016.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/doutrina/sinase/sinase_em_perguntas_e_respostas_par_a_conselheiros_tutelares_ed2016.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2016.

De modo geral, o SINASE tem a função de limitar o caráter discricionário na aplicação das medidas socioeducativas, além disso, prioriza as medidas em meio aberto em detrimento das restritivas e privativas de liberdade. Isso não quer dizer que ao cometer um ato infracional o adolescente ficará impune. Ao contrário do que propaga a “mídia”- uma realidade distorcida, o adolescente que cometer uma infração será responsabilizado quanto às consequências lesivas que praticar, inclusive, com a reparação do dano.

Neste viés, a medida socioeducativa tem por escopo não apenas sancionar, pura e simplesmente o adolescente em conflito com a lei, mas visa, antes de tudo, através da desaprovação da conduta infracional, integrar socialmente este adolescente e garantir seus direitos individuais e sociais. Portanto, o adolescente deverá ser alvo de um conjunto de ações socioeducativas que contribua na sua formação, de modo que possa se tornar um cidadão autônomo e solidário, “capaz de se relacionar melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais”<sup>85</sup>.

Além disso, o programa de atendimento socioeducativo deve propiciar ao adolescente “o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de ressignificação de valores, bem como o acesso à formação de valores para a participação na vida social”<sup>86</sup>. Deste modo,

a intervenção socioeducativa deve estar comprometida com o “resultado” (diga-se, com a mencionada superação das causas determinantes da conduta infracional e, em última análise, com a “proteção integral” do adolescente atendido), de nada adiantando a realização de abordagens despropositadas e/ou sem uma justificativa técnica idônea, que em nada contribuem para modificação do “*status quo*” que levou o adolescente à prática do ato infracional respectivo<sup>87</sup>.

Para que estes propósitos da socioeducação sejam cumpridos, a execução da medida socioeducativa deverá seguir alguns parâmetros e observar os princípios norteadores estabelecidos na lei do SINASE. É o que passaremos a analisar.

<sup>85</sup> BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília. DF: CONANDA, 2006. P. 46.

<sup>86</sup> Ibid., p. 46.

<sup>87</sup> DIGIÁCOMO. Murilo José. **A importância do controle da execução das medidas socioeducativas e o monitoramento eletrônico de adolescentes**. Disponível em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/politica\\_socioeducativa/monitoramento\\_eletr\\_de\\_adolescentes.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/politica_socioeducativa/monitoramento_eletr_de_adolescentes.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2016. P. 02.

### 3.1 PRINCÍPIOS QUE REGEM A EXECUÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

A Lei nº 12.594/2012 prevê que a execução da medida socioeducativa deve guardar total consonância com os princípios elencados no art. 35, para que assim, o adolescente seja responsabilizado de forma justa e proporcional ao ato cometido, sem perder de vista o real objetivo da medida estabelecida judicialmente, que é socioeducar. Tais princípios visam nortear o executor no intuito de se evitar as más práticas que vinham ocorrendo até então.

#### 3.1.1 Princípio da Legalidade

Conforme prevê a Constituição Federal de 1988, “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal” (art. 5º, inciso XXXIX). Este princípio, da anterioridade, é repetido no art. 1º do Código Penal, de modo que a punição de um adulto somente poderá ocorrer se houver uma ação típica, antijurídica e culpável, previamente estabelecida no código. Ao adolescente não poderia ser diferente, isto é, somente se considera “ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (art. 103, ECA), de modo a autoridade responsável pela aplicação da medida socioeducativa fica vinculada ao estrito cumprimento da lei, “não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso que o conferido ao adulto” (art.35, I, SINASE). Neste sentido, “nenhum ato que não seja considerado delito, nem seja sancionado quando o comete o adulto, deve ser considerado delito, não sendo objeto de sanção, quando seja cometido por um jovem”<sup>88</sup>. Ademais,

É ilegal conceder ao adolescente um tratamento mais gravoso daquele que seria concedido a um adulto na mesma situação. Ora, se o adolescente está inserido num sistema específico, o socioeducativo, que difere do sistema penal, justamente por sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, seria um contrassenso penalizá-lo da mesma forma ou até de forma mais grave<sup>89</sup>.

A proibição de tratamento mais gravoso durante a execução de medida socioeducativa pode ser exemplificada como a imposição de trabalho forçado

<sup>88</sup> SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Sistema de Garantias e o Direito Penal Juvenil**. 2. ed. ver. e atual., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. P. 143.

<sup>89</sup> BRASIL. **Políticas Públicas e Marco Legal da Socioeducação no Brasil**. Disponível em: <[http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos\\_dos\\_cursos/Nucleo\\_Basico\\_2015/Eixo\\_2/EixoII.pdf](http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Nucleo_Basico_2015/Eixo_2/EixoII.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2016. P. 91.

durante a prestação de serviços à comunidade, visto que é proibido pelo ECA (art. 112, VII, p. 2º), logo, este tipo de medida deverá ser conforme estabelece a lei, e não de acordo com o livre arbítrio do executor, ou seja, não cabe à equipe de atendimento socioeducativo decidir qual seria a sanção mais adequada ao infrator, visto que tal faculdade compete ao magistrado.

Cabe destacar, ainda, que o STF se manifestou a respeito da não imposição de tratamento mais gravoso do que aquele conferido ao adulto:

Revela-se contrário ao sistema jurídico, por subverter o princípio da proteção integral do menor inimputável, impor ao adolescente – que eventualmente pratique ato infracional consistente em possuir drogas para consumo próprio – a medida extraordinária de internação, pois nem mesmo a pessoa maior de dezoito anos de idade, imputável, pode sofrer a privação da liberdade por efeito de transgressão ao art. 28 da Lei nº 11.343/2006. Precedente. (HC 124682, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 16/12/2014)<sup>90</sup>.

### 3.1.2 Princípio da Excepcionalidade da intervenção judicial

Este princípio visa reduzir a intervenção judicial durante a execução da medida socioeducativa, favorecendo os meios de autocomposição de conflitos, assim, “é importante demonstrar ao adolescente a importância de reparar o mal feito e assumir os próprios erros”<sup>91</sup>. Por isso, durante a execução da medida devem-se priorizar alternativas para que o adolescente não seja reencaminhado ao juiz, posto que nem toda indisciplina cometida precisa, necessariamente, de intervenção judicial. A equipe da execução deve analisar o caso concreto e, somente depois de ter conversado com o adolescente, decidir sobre a necessidade de tal encaminhamento. É comum a indisposição entre pais e filhos ou entre alunos e professores, contudo, isto não é motivo suficiente para ensejar a apreciação pela Vara de Adolescentes em Conflito com a Lei. Os executores da medida devem estar preparados para encontrar a melhor solução possível e, só excepcionalmente, solicitar intervenção judicial.

<sup>90</sup> Acórdão proferido pelo STJ. HC 338.851/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 04/03/2016.

<sup>91</sup> BRASIL. **Políticas Públicas e Marco Legal da Socioeducação no Brasil**. Disponível em: <[http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos\\_dos\\_cursos/Nucleo\\_Basico\\_2015/Eixo\\_2/EixoII.pdf](http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Nucleo_Basico_2015/Eixo_2/EixoII.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2016. P. 91.



### 3.1.3 Princípio da prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas

As medidas socioeducativas visam reprimir a prática de novas infrações pelos adolescentes “por meio da oferta de um conjunto de serviços e políticas sociais”<sup>92</sup>. Deste modo, considerando o objetivo socializador da medida imposta, há que se levar em conta o fortalecimento de vínculos do adolescente, seja com sua família ou com a comunidade na qual está inserido. Neste viés, tal princípio possibilita a aplicação de práticas restaurativas durante a execução da medida socioeducativa como uma forma de promover a pacificação social, “com vistas a evitar novos conflitos, construindo uma proposta de ação para o futuro, um compromisso concreto e de responsabilidade para quem o construiu”<sup>93</sup>. Assim

Cabe às direções de programas de meio aberto e fechado a busca por metodologias restaurativas, a fim de promover métodos qualificados de pacificação de conflitos, mas também estabelecer interlocução permanente com o órgão de execução do Ministério Público, com o propósito de evitar desnecessárias e inoportunas novas representações ou ações socioeducativas<sup>94</sup>.

Vê-se, portanto, que tal princípio está em plena consonância com o princípio anterior, da excepcionalidade da intervenção judicial, no sentido de se evitar novos processos ao adolescente e conseqüentemente, a imposição de novas medidas, posto que “as mais leves acusações formais no âmbito do Poder Judiciário produzem consequências deletérias para os acusados, sua estigmatização e outros prejuízos quando o adolescente ainda tem sua formação de caráter e intelectual por ser completada”<sup>95</sup>.

### 3.1.4 Princípio da proporcionalidade em relação à ofensa cometida

O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura que a medida aplicada deverá considerar a capacidade de cumprimento, as circunstâncias e a gravidade da infração (art. 112, VII, parágrafo 2º). Portanto, o magistrado deverá levar em conta

<sup>92</sup> BRASIL. **Justiça e Práticas Restaurativas**. Disponível em: <<http://sinase.ceag.unb.br/ensapp/>>. Acesso em: 25 out. 2016. P. 21.

<sup>93</sup> ALBINO, Priscilla L.; ARAÚJO, Fernando H. M.; NETO, Lélío F. S. **Considerações sobre o subsistema de execução de medidas socioeducativas criado pela Lei Federal n. 12.594/12 (SINASE)**. Disponível em: <[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome\\_c/SINASE/Artigo-2-SINASE-CIJ-MP-SC\\_artigodrfernandoedrlleio.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/SINASE/Artigo-2-SINASE-CIJ-MP-SC_artigodrfernandoedrlleio.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2016. P. 13.

<sup>94</sup> Ibid., p. 14.

<sup>95</sup> SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Sistema de Garantias e o Direito Penal Juvenil**. 2. ed. ver. e atual., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. P. 150.

estes três requisitos para determinar a medida socioeducativa. Além disso, tal dispositivo vai ao encontro do que fora previsto pela Constituição de 1988, que assegura que o direito de resposta deverá ser proporcional ao agravo.

Entretanto, nem sempre é possível que se faça a apreciação da capacidade de cumprimento da medida no processo de conhecimento, principalmente devido a demanda de adolescentes e o número reduzido de profissionais do judiciário, de modo que caberá à equipe de execução avaliar se o adolescente está apto, física e mentalmente, para realizar o que foi proposto. Portanto, é imperioso que a equipe de atendimento seja composta por profissionais das diferentes áreas (saúde, educação e assistência social), para garantir que sejam observadas as habilidades e capacidades do adolescente.

No âmbito judicial “a decisão deve ser sempre proporcional não só às circunstâncias e gravidade da infração, mas também às circunstâncias e necessidades do jovem delinquente, assim como às necessidades da sociedade”<sup>96</sup>, ademais, no âmbito da execução, este princípio visa assegurar que, independentemente das orientações pessoais da equipe de atendimento, o adolescente seja acolhido e tenha a medida executada conforme previsto inicialmente pelo poder judiciário, não cabendo o julgamento moral acerca do ato praticado, isto é, havendo discordância acerca da medida, a equipe deverá fundamentar seu entendimento para que não recaia sobre o adolescente a aplicação de uma medida mais gravosa do que a imposta.

### 3.1.5 Princípio da brevidade

Faz-se necessário que “as medidas sejam breves, a fim de encontrar seu caráter pedagógico ou reintegrador, evitando que sirvam como penas ou castigos, de caráter simplesmente retributivo”<sup>97</sup>. Neste sentido, importante ressaltar que a assimilação do tempo pelo adolescente é diferente daquela vivida pelo adulto, motivo que o ECA limitou a internação em no máximo três anos, posto que o lapso temporal estendido em nada contribui para a compreensão do caráter social

<sup>96</sup> ONU. **Regras Mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing)**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/SinaseRegrasdeBeijing.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2016.

<sup>97</sup> ALBINO, Priscilla L.; ARAÚJO, Fernando H. M.; NETO, Lélío F. S. **Considerações sobre o subsistema de execução de medidas socioeducativas criado pela Lei Federal n. 12.594/12 (SINASE)**. Disponível em: <[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome\\_c/SINASE/Artigo-2-SINASE-CIJ-MP-SC\\_artigodrfernandoedrlelio.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/SINASE/Artigo-2-SINASE-CIJ-MP-SC_artigodrfernandoedrlelio.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2016. P. 16.

pedagógico da medida. Ademais, para que a medida seja cumprida dentro do prazo estabelecido é fundamental

uma atuação eficiente das equipes técnicas dos programas de atendimento quando da elaboração dos Planos Individuais de Atendimento – instrumento essencial para a definição dos projetos de vida dos adolescentes que venham a cumprir medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação<sup>98</sup>.

### 3.1.6 Princípio da Individualização

Considerando que não há um rol que defina a medida adequada para cada tipo infracional, a individualização da medida socioeducativa é fundamental, tendo em vista a condição em que se encontra o adolescente, ainda na fase de formação física e psíquica. Tal princípio considera a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente, tanto na aplicação da medida quanto na sua execução, evitando, assim, a “massificação e coisificação”<sup>99</sup> do adolescente. Por isso, cabe às equipes de atendimento

buscar a análise individualizada das habilidades e deficiências pessoais de cada um dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, permitindo um olhar cauteloso e respeitoso que garanta eventual afastamento do mundo do ato infracional<sup>100</sup>.

Para tanto, compete a todos os sujeitos integrantes da rede de atendimento fazer essa análise acerca das dificuldades apresentadas pelo adolescente. Além disso,

a capacidade e circunstâncias pessoais, da mesma forma, significam dizer que o adolescente deverá ser observado em todos os aspectos da sua singularidade, a exemplo de seus traços de personalidade, eventuais transtornos psicológicos e psiquiátricos ou, ainda, possuir alguma espécie de deficiência – o que demandará tratamento diferenciado daqueles que não a possuem<sup>101</sup>.

<sup>98</sup> ALBINO, Priscilla L.; ARAÚJO, Fernando H. M.; NETO, Lélío F. S. **Considerações sobre o subsistema de execução de medidas socioeducativas criado pela Lei Federal n. 12.594/12 (SINASE)**. Disponível em: <[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome\\_c/SINASE/Artigo-2-SINASE-CIJ-MP-SC\\_artigodrfernandoedrlelio.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/SINASE/Artigo-2-SINASE-CIJ-MP-SC_artigodrfernandoedrlelio.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2016. P. 18.

<sup>99</sup> Idem.

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> Ibid., p. 19.

Na execução de medida, este princípio se instrumentaliza durante os primeiros atendimentos do adolescente, quando então é elaborado, em conjunto com ele, sua família e a equipe intersetorial, o Plano Individual de Atendimento (PIA). É no PIA que constam todas as informações referentes ao cotidiano do adolescente, seus objetivos de vida, potencialidades e suas frustrações, por isso é sempre importante que todos os relatos do adolescente sejam considerados. Portanto, a individualização da medida socioeducativa vai além das determinações feitas judicialmente, pois aqui compete à equipe de execução criar vínculos com o adolescente, atendê-lo e encaminhá-lo aos serviços disponíveis conforme suas necessidades, afinal, “não se trata de punir por punir, mas de novas oportunidades, de socioeducar”<sup>102</sup>, ou seja,

se ao longo de sua execução, a medida socioeducativa originalmente aplicada se mostra inadequada e/ou ineficaz, necessário se faz sua imediata reavaliação e substituição por outra que melhor atenda aos mencionados objetivos da intervenção estatal<sup>103</sup>.

### 3.1.7 Princípio da mínima intervenção

Segundo SHECAIRA, “o Direito Penal Juvenil tem, por um lado, um caráter fragmentário, que implica dizer que a norma penal unicamente poderá empregar-se para defender bens jurídicos fundamentais dos ataques mais graves”<sup>104</sup>, por outro lado, deve ser utilizado somente nos casos que não encontram solução “por outros meios de controle social”<sup>105</sup>. Neste sentido, a intervenção estatal deve ser restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida, vale dizer, “o Estado deve utilizar a medida socioeducativa como última opção”<sup>106</sup>, e considerar a internação como a última medida dentre as possíveis de serem aplicadas.

Por sua vez, essa intervenção mínima não se limita à restrição da liberdade do adolescente, mas também deve ser observada na execução de medida em meio

<sup>102</sup> BRASIL. **Políticas Públicas e Marco Legal da Socioeducação no Brasil**. Disponível em: <[http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos\\_dos\\_cursos/Nucleo\\_Basico\\_2015/Eixo\\_2/EixoII.pdf](http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Nucleo_Basico_2015/Eixo_2/EixoII.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2016. P. 95.

<sup>103</sup> DIGIÁCOMO. Murilo José. **A importância do controle da execução das medidas socioeducativas e o monitoramento eletrônico de adolescentes**. Disponível em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/politica\\_socioeducativa/monitoramento\\_eletr\\_de\\_adolescentes.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/politica_socioeducativa/monitoramento_eletr_de_adolescentes.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2016. P. 02.

<sup>104</sup> SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Sistema de Garantias e o Direito Penal Juvenil**. 2. ed. ver. e atual., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. P. 149.

<sup>105</sup> Idem.

<sup>106</sup> Idem.

aberto, em que a equipe de atendimento tem contato direto com a vida social do adolescente, de modo que o monitoramento seja suficiente para acompanhar o socioeducando, sem que isso represente sua exposição perante a comunidade.

### 3.1.8 Princípio da não discriminação do adolescente

O direito à igualdade, sem distinção de qualquer natureza está previsto na Constituição de 1988 (art. 1º), entretanto, a lei nº 12.594/2012 fez questão de elucidar tal princípio para garantir o respeito a este direito fundamental do adolescente, que não deve ser discriminado, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação, ou pertencimento a qualquer minoria ou status. Ainda, o art. 5º do ECA prescreve que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, *discriminação*, exploração, violência, crueldade e opressão”, dispositivo este que é complementado pelo art. 18, do mesmo diploma legal, que prevê ser dever de todos velar pela dignidade do adolescente.

O referido princípio tem certa conotação de obviedade, contudo, a prática tem demonstrado que a marginalização do adolescente ocorre, principalmente, nos detalhes, exemplo disso são as palavras corriqueiramente utilizadas, tais como, o “menor infrator”<sup>107</sup>, “drogado”<sup>108</sup>, “maconheiro”.

Geralmente, são chamados de adolescentes os brancos, de classe média ou alta- mesmo quando envolvidos em ato infracional. São chamados de menores os adolescentes negros, pobres e de periferia- mesmo se não estiverem envolvidos em ato infracional<sup>109</sup>.

Logo, as equipes de execução de medida devem se pautar pela igualdade no atendimento dos adolescentes, de modo que não recaia uma cobrança maior sobre aquele indivíduo morador da periferia, ou deixe a medida “aliviada” para o indivíduo

<sup>107</sup> Conforme a Agência de Notícias dos Direitos da Infância, desde que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entrou em vigor, é considerado inapropriado para designar crianças e adolescentes, pois tem sentido pejorativo. Esse termo reproduz e endossa de forma subjetiva discriminações arraigadas e uma postura de exclusão social que remete ao extinto Código de Menores. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/glossario>>. Acesso em: 31 out. 2016.

<sup>108</sup> Usuário de substância psicoativa ou dependente químico. De acordo com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância, o termo drogado é pejorativo e preconceituoso, trazendo a ideia de que a dependência química é algo proposital e que todos os dependentes fazem uso de drogas ilícitas. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/glossario>>. Acesso em: 31 out. 2016.

<sup>109</sup> BRASIL. **Políticas Públicas e Marco Legal da Socioeducação no Brasil**. Disponível em: <[http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos\\_dos\\_cursos/Nucleo\\_Basico\\_2015/Eixo\\_2/EixoII.pdf](http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Nucleo_Basico_2015/Eixo_2/EixoII.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2016. P 30.

de classe média. Por outro lado, tratar com equidade os adolescentes é uma forma de garantir que o menos abastado tenha acesso aos diferentes serviços ofertados pelas políticas públicas, visto que no contexto em que vive, e pelo fato de ter se envolvido em ato infracional, ele encontra-se muito mais vulnerável.

### 3.1.9 Princípio do fortalecimento de vínculos

A convivência familiar e comunitária está prevista no art. 227, caput, da Constituição de 1988, além disso, o ECA também previu a prevalência da família como um dos princípios norteadores da medida protetiva (art. 100, X, ECA), ou seja, não se discute a importância que o convívio familiar tem no desenvolvimento do adolescente. Deste modo, a família é a principal rede de apoio do adolescente e privá-lo do contato com as pessoas de seu círculo social só aumenta essa situação de vulnerabilidade.

Por este motivo, quando aplicada a internação, o adolescente deverá permanecer na mesma localidade ou na localidade mais próxima do domicílio de seus pais ou responsável (art. 124, VI, ECA) e poderá receber visitas semanalmente (art. 124, VII, ECA), visto que as relações familiares refletem positivamente no processo formativo do adolescente em cumprimento de medida. Deste modo,

é imprescindível a oferta de "alternativas" de atendimento (valendo lembrar que o objetivo da intervenção estatal não é a "aplicação/ execução de medidas", de maneira aleatória, mas sim a descoberta das causas da conduta infracional e sua efetiva solução, a partir de abordagens múltiplas, que podem, inclusive, encerrar medidas de cunho eminentemente protetivo), e de abordagens específicas junto às famílias dos socioeducandos, sempre na busca da solução que melhor atenda aos interesses destes, com o máximo de urgência e eficiência<sup>110</sup>.

Neste sentido, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente- CONANDA, assegurou que as equipes de execução de medidas socioeducativas realizem

o atendimento às famílias dos adolescentes estruturados em conceitos e métodos que assegurem a qualificação das relações afetivas, das condições

---

<sup>110</sup> DIGIÁCOMO, Eduardo. **O SINASE (Lei nº 12.594/12) em perguntas e respostas**. São Paulo: Ed. Ixtlan, 2016. Disponível em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/doutrina/sinase/sinase\\_em\\_perguntas\\_e\\_respostas\\_par\\_a\\_conselheiros\\_tutelares\\_ed2016.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/doutrina/sinase/sinase_em_perguntas_e_respostas_par_a_conselheiros_tutelares_ed2016.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2016. P. 37.

de sobrevivência e do acesso às políticas públicas dos integrantes do núcleo familiar, visando seu fortalecimento<sup>111</sup>.

Além disso, os pais ou responsáveis “tem o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa, civil e criminal” (art. 52, parágrafo único, SINASE), isto significa dizer que a participação da família não é opcional, mas para que ela consiga superar esta condição de vulnerabilidade junto com o adolescente, é imprescindível que esteja fortalecida e amparada. Por este motivo, deve constar no PIA as atividades de apoio e integração da família, bem como as formas de sua participação para efetivo cumprimento do plano de atendimento.

Ao examinar os princípios é importante lembrar que “por mais que se queira humanizar e qualificar a execução da medida socioeducativa, ela nunca deixará de significar, para o adolescente, uma providência de caráter afilitivo”<sup>112</sup>. Entretanto, as equipes responsáveis pelo atendimento do adolescente autor de ato infracional devem se basear, principalmente, no “princípio da proteção integral” para que o objetivo da medida socioeducativa não seja desvirtuado.

### 3.2 O PAPEL DO MUNICÍPIO NO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Como vimos no início do capítulo, o SINASE atribuiu às três esferas do governo competências específicas no que tange à elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo, que é um “instrumento de articulação e direcionamento da política de atenção ao adolescente em conflito com a lei, sua materialização/ concretização, no território do município no que se refere às medidas de meio fechado e aberto”<sup>113</sup>, ademais, definiu a responsabilidade dos Estados na execução das medidas de semiliberdade e internação (art. 4º, III) e aos Municípios a responsabilidade das medidas em meio aberto (art. 5º, III).

<sup>111</sup> BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE**. Brasília- DF: CONANDA, 2006. P. 62.

<sup>112</sup> BRASIL. **Políticas Públicas e Marco Legal da Socioeducação no Brasil**. Disponível em: <[http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos\\_dos\\_cursos/Nucleo\\_Basico\\_2015/Eixo\\_2/Eixoll.pdf](http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Nucleo_Basico_2015/Eixo_2/Eixoll.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2016. P 82.

<sup>113</sup> BRASIL. **Metodologia do atendimento socioeducativo**. Disponível em: <[http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos\\_dos\\_cursos/Nucleo\\_Basico\\_2015/Eixo\\_2/Eixoll.pdf](http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Nucleo_Basico_2015/Eixo_2/Eixoll.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2016. P. 35.

Dentre os entes da federação, “os Municípios são os que se encontram mais próximos da população a ser atendida pelas políticas públicas”<sup>114</sup>, além disso, a municipalização do atendimento já estava prevista no ECA como a principal diretriz para a proteção integral dos direitos da criança e do adolescente, vide arts. 86 e 88. Desta forma, considerando que o adolescente vive num território mapeado pelo município, ou seja, que a realidade local está alinhada a uma rede de serviços específicos desse ente federativo, elaborar um projeto político- pedagógico e planejar as ações socioeducativas do atendimento direto fica muito mais prático, isso significa que “a municipalização do atendimento é um mandamento de referência para as práticas de atendimento, exigindo que sejam prestadas dentro ou próximas dos limites geográficos dos municípios”<sup>115</sup>.

Deste modo, o fundamento para a municipalização do atendimento em meio aberto “reside no reconhecimento de que é no âmbito local e comunitário que estão mais presentes as possibilidades de reinserção social dos jovens”<sup>116</sup>. Mas, para que os programas de atendimento em meio aberto possam desenvolver suas funções, eles precisam estar inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), “órgão controlador, deliberativo e formulador de políticas no campo dos direitos da criança e do adolescente com a participação da sociedade civil”<sup>117</sup>.

Com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social, em 2004, e a instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) houve a reorganização desse setor “e, por consequência, dos programas, serviços, projetos e benefícios socioassistenciais de acordo com a complexidade do atendimento”<sup>118</sup>. A principal mudança se refere ao atendimento específico para os adolescentes em situação de vulnerabilidade social, marcada pelo cometimento de ato infracional, visto que constitui uma dificuldade a ser enfrentada pela Proteção Social Especial, isto é, por ter caráter de média complexidade, precisa de uma atenção diferenciada, vez que

---

<sup>114</sup> SOUZA, Rosimere de. **Caminhos para a municipalização do atendimento socioeducativo em meio aberto: liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade**. Rio de Janeiro: IBAM/DES. 2008. P. 63.

<sup>115</sup> BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE**. Brasília- DF: CONANDA, 2006. P. 29.

<sup>116</sup> BRASIL. **Guia teórico e prático de medidas socioeducativas**. ILANUD. 2004. P. 17.

<sup>117</sup> SOUZA, Rosimere de. **Caminhos para a municipalização do atendimento socioeducativo em meio aberto: liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade**. Rio de Janeiro: IBAM/DES. 2008. P. 39.

<sup>118</sup> Ibid., p. 41.



é um serviço que requer acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada<sup>119</sup>.

Por isso, o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no meio aberto passa a ser de responsabilidade do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), equipamento público destinado ao atendimento de situações delicadas, haja vista que os direitos do indivíduo já foram violados. Conforme a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais- Resolução nº 109/2009, a finalidade desse serviço é

prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida<sup>120</sup>.

Cada município é responsável pela implementação dos CREAS em seu território. No caso de Curitiba, essa delimitação territorial obedece aos limites de cada Núcleo Regional. Assim, o CREAS

deve priorizar ações que viabilizem o cumprimento da medida, imprimindo ao adolescente a capacidade de reflexão acerca do ato infracional cometido e possibilitar que a medida aplicada produza motivação social e participação solidária na reorganização de seu projeto de vida<sup>121</sup>.

Entretanto, o fato de a execução da medida socioeducativa em meio aberto ser centralizada no CREAS, não significa desobrigar as demais políticas dessa intervenção, ao contrário, o SINASE prevê a gestão participativa dos “agentes que

---

<sup>119</sup> BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social- NOB/ SUAS**. Brasília, 2005. P. 37.

<sup>120</sup> BRASIL. **Tipificação dos Serviços Socioassistenciais- Resolução nº 109/2009**. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)>.

Acesso em: 31 out. 2016.

<sup>121</sup> CURITIBA. **Protocolo de gestão do CREAS: Referenciais teóricos e operacionais**. Volume 1. 2011. P. 48.

integram a execução do atendimento socioeducativo”<sup>122</sup>, logo, “está associada ao compartilhamento de responsabilidade, mediante compromisso coletivo com os resultados”<sup>123</sup>, ademais, a lei do SINASE determina que a “operacionalização do sistema seja efetuada de forma articulada dentre as diversas políticas públicas, constituindo novas possibilidades de atendimento e promoção social aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa”<sup>124</sup>.

Neste contexto, é fundamental o diálogo entre os diversos setores que integram as políticas públicas do Município,

pois é preciso que todos estejam "falando a mesma linguagem", cientes de seu papel e conscientes da importância da colaboração e cooperação mútuas para que o objetivo comum (que não é o "atendimento formal", mas sim, em última análise - a "proteção integral" do adolescente atendido e sua família) seja alcançado.<sup>125</sup>

Portanto, a execução da medida socioeducativa em meio aberto não deve ser tarefa delegada, única e exclusivamente, ao CREAS, ao contrário, é dever de todos os integrantes que compõe o programa socioeducativo. Além disso, também cabe ao Município elaborar e implementar uma “política socioeducativa”, pautada em ações de cunho preventivo, “ofertar alternativas de atendimento para os adolescentes envolvidos com a prática de atos infracionais e suas famílias, incluindo os "egressos" dos programas de internação e semiliberdade”<sup>126</sup>. Para isso, é necessária a elaboração do plano municipal de atendimento socioeducativo em meio aberto, que deverá prever “ações articuladas nas áreas da educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte”, conforme prescrição do art. 8º, da lei do SINASE.

Desta análise se compreende que a municipalização do atendimento em meio aberto possibilita o trabalho em rede dos diversos atores que compõe o sistema de garantias de direitos e o sistema socioeducativo. Ainda, permite o planejamento e a

<sup>122</sup> SOUZA, Rosimere de. **Caminhos para a municipalização do atendimento socioeducativo em meio aberto: liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade**. Rio de Janeiro: IBAM/DES. 2008. P. 73.

<sup>123</sup> Idem.

<sup>124</sup> CURITIBA. **Plano decenal municipal de atendimento socioeducativo em meio aberto de Curitiba: 2014- 2023**. P. 29.

<sup>125</sup> DIGIÁCOMO, Eduardo. **O SINASE (Lei nº 12.594/12) em perguntas e respostas**. São Paulo: Ed. Ixtlan, 2016. Disponível em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/doutrina/sinase/sinase\\_em\\_perguntas\\_e\\_respostas\\_para\\_conselheiros\\_tutelares\\_ed2016.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/doutrina/sinase/sinase_em_perguntas_e_respostas_para_conselheiros_tutelares_ed2016.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2016. P. 24.

<sup>126</sup> Ibid., p. 52.

execução de um conjunto de ações voltadas ao adolescente em conflito com a lei e sua família, propiciando, deste modo, o comprometimento de todos os envolvidos no processo de ressocialização.

Seguindo este contexto de municipalização do atendimento, passaremos ao próximo capítulo, onde será analisada a execução de medida socioeducativa no meio aberto: Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

#### **4 A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO**

As medidas socioeducativas, previstas no art. 112 do ECA, serão atribuídas ao adolescente acusado de praticar um ato infracional, seja através de sentença homologatória, ou por sentença condenatória. Isso porque, ao ser apreendido, o adolescente será apresentado ao representante do Ministério Público (MP) para que se proceda, imediata e informalmente, a sua oitiva (art. 179, ECA). Após analisar as consequências do fato, o contexto social, a personalidade do adolescente, bem como sua participação no ato infracional (art. 126, ECA), o promotor de justiça poderá arquivar os autos; conceder a remissão ou representar contra o adolescente (art. 180, ECA). Deste modo, a sentença que reconhece o arquivamento dos autos e a remissão concedida pelo MP será homologatória. Por outro lado, havendo a representação do adolescente, a sentença proferida será condenatória ou absolutória.

A remissão não significa o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, vide art. 127 do ECA, visto que para sua concessão bastam os indícios de autoria e de materialidade do ato, mas permite que o processo fique suspenso ou seja excluído, logo, é um benefício que poderá ser recusado pelo adolescente. Ademais, ao receber a remissão, tanto o adolescente quanto o seu responsável, deverão manifestar expressamente a concordância de que, em caso de descumprimento da medida imposta, poderá haver a representação judicial. Detalhe importante da remissão é que ela poderá ser condicionada ao cumprimento de medida socioeducativa e/ ou medida protetiva. Após analisado o termo de remissão, compete ao juiz homologar, ou não, a remissão dada pelo MP e fazer os ajustes que achar necessário no que tange às medidas.

Por ser baseada em indícios, a decisão que conceder a remissão jamais poderá cumular medida privativa de liberdade ou semiliberdade, vide art. 127, do ECA, visto que não houve a apuração do ato infracional. Assim, dentre as medidas previstas no art. 112 do ECA, somente serão cabíveis as medidas de advertência, reparação do dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida. Por outro lado, a sentença condenatória poderá determinar todas as medidas previstas pelo ECA, o que inclui a internação do adolescente, haja vista que, para o juiz sentenciar, houve a apuração do ato infracional, bem como todo o devido processo legal. Por isso, é relevante saber se houve a remissão para orientar o socioeducando a respeito da

possibilidade de aplicar a progressão de medida ou sua regressão, bem como a aplicação de internação-sanção.

A regressão de medida socioeducativa significa que, após realização do estudo de caso do adolescente, a equipe de execução de medida socioeducativa, de forma intersetorial, percebe que o adolescente não se adequou à finalidade da medida imposta, ou ainda, que descumpriu as obrigações acordadas. Deste modo, a equipe informará o juiz responsável pela execução, que deverá analisar a justificativa da equipe para determinar a substituição da medida. No meio aberto, isso importa na aplicação de Liberdade Assistida. Por outro lado, se o adolescente cumpriu todos os requisitos do cumprimento da medida socioeducativa, ele será avaliado e, possivelmente, terá a progressão da medida. Esse benefício ocorre no meio fechado, quando então o adolescente passará ao semiaberto, ou ainda, direto para o meio aberto, podendo ser aplicada a medida protetiva, para acompanhamento e garantia de seus direitos.

A internação-sanção, prevista no art. 122, III, ECA, é uma forma de punição ao adolescente que descumpra a medida aplicada de forma reiterada e injustificada. Em decorrência desta sanção, o adolescente poderá ficar até três meses internado. Além do mais, poderá ser aplicada mesmo nos casos em que o MP concedeu a remissão, vide decisão do STJ:

(...) O ECA, ao autorizar a concessão de remissão judicial extintiva cumulada com medidas socioeducativas (art. 126 e 127), autorizou expressamente a aplicação da internação-sanção (art.122, III) como garantia da execução das medidas socioeducativas aplicadas. Tal sanção é aplicada, não mais como resultado de determinado ato infracional porque essa possibilidade foi afastada pela extinção do processo, mas sim, pelo inadimplemento de obrigação legal e livremente contraída pelo adolescente e, tanto isso é verdade, que o prazo de referida internação não pode ultrapassar 03 (três) meses (art. 122, § único)<sup>127</sup>.

#### 4.1 DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

As medidas socioeducativas em meio aberto podem ser de execução imediata, quando não precisam de um programa de atendimento para sua execução e, de execução mediata, que para ser efetivada, carece de programas específicos.

---

<sup>127</sup> Acórdão proferido pelo STJ: HC 348.143/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/04/2016.

Fazem parte da execução imediata a medida de advertência e reparação ao dano. A advertência, prevista no art. 115 do ECA, consiste em repreensão verbal, que será reduzida a termo, onde o juiz adverte o adolescente pelo ato que lhe foi imputado. Nesta, basta que haja indícios de autoria. Assim, apesar de ser considerada a medida mais branda de todas, ela não deixa de representar um mecanismo de repreensão eficiente quando se trata de adolescentes que infracionaram pela primeira vez.

Por sua vez, a reparação ao dano consiste na restituição do bem ou coisa da vítima, ou ainda, que compense o prejuízo sofrido por ela, vide art. 116 do ECA. Logo, será aplicada às infrações com reflexos patrimoniais. Essa medida é exemplificada pela Ação de Despiche, Promovida pela Secretaria Municipal da Defesa Social e Guarda Municipal, na cidade de Curitiba, com foco nos adolescentes que cometeram ato infracional análogo à pichação<sup>128</sup>. Enfim, as medidas de execução mediata são duas: Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida, que serão analisadas a seguir.

#### 4.1.1 Prestação de Serviços à Comunidade

Prescreve o ECA que a prestação de serviços à comunidade (PSC) consistirá na realização de tarefas gratuitas e de interesse geral<sup>129</sup>, que poderá ser realizada em escolas, bibliotecas ou equipamentos públicos, bem como em estabelecimentos privados, desde que a função do local não vise exclusivamente ao lucro, como por exemplo, em Instituição de Longa Permanência para Idosos ou hospitais. A necessidade de inserir o adolescente em ambientes diferentes daqueles em que ele está acostumado tem como fundamento o caráter educativo da medida socioeducativa aplicada, de modo que ele possa vislumbrar novas possibilidades de relacionamentos e oportunidades de trabalho. Deste modo,

(...) se bem aplicada a prestação de serviços, ela induz no adolescente infrator a ideia de responsabilidade, de apego às normas comunitárias, de

<sup>128</sup> Art. 65. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano. **Lei nº 9. 605/98.**

<sup>129</sup> Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

respeito pelo trabalho, bem como produz na comunidade uma sensação de obediência às regras, que é fundamental para a confiança coletiva<sup>130</sup>.

Por outro lado, o ECA não prevê um rol de tarefas que o adolescente poderá desenvolver durante a prestação de serviços, de modo que a equipe de execução da medida deverá estar atenta ao art. 67 do ECA, que veda trabalho noturno, perigoso, insalubre ou penoso, realizado em locais que prejudiquem sua formação e o desenvolvimento, seja físico, psíquico, moral e social ou, que prejudique a frequência escolar. Ainda, conforme o art. 112, parágrafo 2º, do mesmo estatuto, em hipótese alguma será admitida a prestação de trabalho forçado. Além disso, apesar da inexistência de uma lista de atividades permitidas, cabe ao programa de atendimento observar o Decreto nº 6.481/2008, que aprovou a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil<sup>131</sup>. Neste sentido, tem-se o cuidado de não impor ao adolescente que realize atividades humilhantes, vexatórias, degradantes ou, que de algum modo o exponha a situações constrangedoras.

Entretanto, caso o adolescente tenha alguma impossibilidade de prestar o serviço em dias úteis, deverá ser disponibilizado local adequado aos finais de semana ou feriados, respeitando sempre o limite de horas semanais determinado pelo juiz.

De acordo com DIGIÁCOMO, “a medida não pode se restringir à ‘exploração de mão de obra’ do adolescente, devendo ter um cunho eminentemente pedagógico”<sup>132</sup>. Logo, não basta o mero encaminhamento ao local da prestação de serviços, sendo necessário o acompanhamento das tarefas realizadas, de modo que seja possibilitado ao adolescente, em caso de inadequação ou desinteresse, a substituição da atividade, pois não há como pensar em um bom aproveitamento do que lhe fora proposto se houver o descumprimento dos critérios pré-estabelecidos.

Neste sentido, prescreve o art. 14, da lei 12.594/2012 que, compete à direção do programa de PSC selecionar e credenciar os locais para a realização da prestação de serviços, de acordo com o perfil do socioeducando. Caso o Ministério Público ou

---

<sup>130</sup> SCHECAIRA, Sergio Salomão. **Sistema de Garantias e o Direito Penal Juvenil**. 2. ed. ver. e atual., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. P. 213.

<sup>131</sup> A Lista TIP foi proposta pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ratificada pelo Brasil em 2008, essa Convenção lista mais de 90 atividades e descreve os riscos que crianças e adolescentes correm ao desenvolverem tais trabalhos.

<sup>132</sup> DIGIÁCOMO, Murillo José. **ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente anotado e interpretado**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2011. P. 213.

a autoridade judiciária considerem o local inadequado, a atividade será suspensa e o adolescente será encaminhado a outro estabelecimento.

Portanto, para que a medida cumpra com seu caráter pedagógico, deve-se realizar uma seleção cuidadosa das entidades que receberão estes adolescentes, de forma que os orientadores, pessoas responsáveis pela recepção e orientação do socioeducando, estejam preparados para essa nova convivência e consigam estreitar os vínculos com esse adolescente.

Tais funcionários ou técnicos deverão ser previamente capacitados para atuarem junto aos adolescentes, estabelecendo com eles uma relação de confiança, respeito e autoridade (sem autoritarismo).

(...) Tais disposições visam evitar que o adolescente venha a prestar serviços inadequados ou mesmo proibidos em entidades despreparadas, que o recebam com preconceito, discriminação e mesmo, não raro, hostilidade<sup>133</sup>.

De regra, a PSC não poderá ser superior a seis (6) meses, nem ultrapassar o limite de oito (8) horas semanais, isto é, um adolescente que tenha cometido uma infração análoga ao roubo poderá ser sentenciado a no máximo 192 (cento e noventa e duas) horas de prestação de serviços, que poderá ser realizada em dois dias, p. ex., duas manhãs, pois deve ser respeitado o horário escolar ou o horário de trabalho. O controle das horas prestadas é feito através de uma folha de frequência, tal qual uma folha ponto. O adolescente preenche a data, horário de entrada e saída, após isso, tanto ele quanto o orientador assinam a folha. É essa folha que permite a fiscalização do cumprimento das horas da PSC, além de que, a equipe de atendimento socioeducativo deverá ser informada acerca de qualquer situação, conflito ou ausência do adolescente, para que sejam tomadas as devidas providências.

O encaminhamento do adolescente ao estabelecimento em que realizará a PSC será efetuado pela equipe de execução de medida socioeducativa, que apresentará o adolescente ao orientador e farão os acordos acerca do horário, dias da semana e demais questões pertinentes à realização das atividades. Portanto, as ausências do adolescente deverão ser informadas à equipe de atendimento socioeducativo, haja vista que faltas injustificadas significam descumprimento de

---

<sup>133</sup> DIGIÁCOMO, Murillo José. **ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente anotado e interpretado**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2011. P. 214.



medida, o que poderá resultar na reavaliação da medida socioeducativa pelo poder judiciário, vide art. 43, parágrafo 1º, II, ECA.

Esta reavaliação será baseada nos relatórios feitos pela equipe de execução, que informará o juiz acerca de todas as tentativas para vincular o adolescente ao serviço, os encaminhamentos referentes à escolarização, profissionalização, saúde e demais intervenções previstas no plano individual de atendimento. Havendo negativa da participação do adolescente no que fora inicialmente previsto no PIA, o juiz poderá determinar a regressão de medida. Neste caso será aplicada a Liberdade Assistida, que analisaremos adiante, ou ainda, determinar a internação-sanção, tudo em conformidade com o devido processo legal. Por outro lado, a reavaliação da medida imposta poderá culminar na extinção da medida socioeducativa por descumprimento, conforme art. 46, V, lei nº 12.594/2012.

Por sua vez, tão logo o adolescente conclua a prestação de serviço a medida socioeducativa deverá ser extinta pela realização de sua finalidade, vide art. 46, II da lei do SINASE. Entretanto, há situações em que fora prevista a cumulação de PSC com medida protetiva, logo, a extinção não ocorrerá com a conclusão das horas realizadas, visto que tais medidas são complementares. Neste caso, se o adolescente concluir a PSC, mas descumprir a medida protetiva (escolarização, requisição de tratamento toxicológico ou psicológico, p. ex.), o juiz determinará sua inclusão em tais programas para acompanhamento. Somente após comprovada a frequência no programa estabelecido que a medida socioeducativa poderá ser declarada extinta.

No entanto, prescreve o art. 99, ECA, que a qualquer momento a medida socioeducativa poderá ser substituída. Isto significa que, em respeito ao princípio da individualização da medida, a equipe de execução deverá avaliar todos os aspectos positivos e negativos que envolveram o adolescente e sua família no período em que esteve vinculado aos atendimentos. Logo, poderá solicitar ao poder judiciário que, devido às necessidades pedagógicas e em garantia à proteção integral dos direitos do adolescente, sejam aplicadas a medida de Liberdade Assistida ou medida protetiva, realizada no âmbito do Conselho Tutelar. Caso o juiz verifique a pertinência de tal pedido, determinará o acompanhamento do adolescente por mais seis meses (LA) ou, extinguirá a medida socioeducativa de PSC e solicitará ao Conselho Tutelar que faça as intervenções necessárias no que se refere as providências de cunho protetivo.

#### 4.1.2 Liberdade Assistida

Prevista no art. 118 do ECA, a liberdade assistida (LA) “é a mais grave das medidas restritivas de direitos do adolescente, com o seu tratamento ainda em meio aberto”<sup>134</sup>, e será adotada quando houver necessidade de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. A aplicação da liberdade assistida possui o condão de buscar a reconstrução dos objetivos de vida do adolescente, portanto,

(...) não se trata de uma mera “liberdade vigiada”, na qual o adolescente estaria numa espécie de “período de prova”, mas sim importa em uma intervenção efetiva e positiva na vida do adolescente e, se necessário, em sua dinâmica familiar, por intermédio de uma pessoa capacitada para acompanhar a execução da medida<sup>135</sup>.

A liberdade assistida possibilita ao adolescente usufruir da vida em liberdade, junto de sua família, permanecendo com os vínculos afetivos e de amizade preservados, pois não deixa de conviver com a comunidade da qual faz parte. Entretanto, não raras vezes, isso também significa preservar o vínculo com a marginalidade, afinal, o fato de ser submetido a um acompanhamento não afasta desse adolescente todas as influências negativas que o fizeram entrar em conflito com a lei. E é justamente por isso que se torna imprescindível a figura do orientador social, para que, muito mais do que prestar informações acerca do cotidiano do adolescente, que este possa ter uma pessoa de referência<sup>136</sup>, capacitada e, sempre disposta a auxiliar e orientar a respeito de suas dúvidas e objetivos.

(...) compete ainda ao orientador interpretar a medida aplicada (quanto aos seus significado, conteúdo, direitos e obrigações), esclarecer o seu papel e o elo que representa junto à Autoridade Judiciária, regularizar a documentação necessária e elaborar, em conjunto, uma rotina referente às ações e aos trabalhos desenvolvidos bem como às metas a serem alcançadas, com prévio diagnóstico de sua situação<sup>137</sup>.

<sup>134</sup> SCHECAIRA, Sergio Salomão. **Sistema de Garantias e o Direito Penal Juvenil**. 2. ed. ver. e atual., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. P. 214.

<sup>135</sup> DIGIÁCOMO, Murillo José. **ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente anotado e interpretado**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2011. P. 215.

<sup>136</sup> Art. 118. Parágrafo 1º: a autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

<sup>137</sup> FERREIRA. Luís Antônio Miguel. Execução das medidas socioeducativas em meio aberto: prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida. In: **Justiça, Adolescente e ato infracional**. Socioeducação e Responsabilização. Disponível em: <<https://www.tjsc.jus.br/infjuv/documentos/midia/publicacoes/cartilhas/criancaeadolescente/Justi%C3>

Neste sentido, fica evidente que a Liberdade Assistida não é pura e simplesmente liberdade. Para tanto, é necessário que sejam realizados atendimentos semanais, de modo que se possa acompanhar efetivamente o adolescente e assim, inseri-lo em todas as políticas públicas que fazem parte do sistema de garantia de direitos e, para gerir essas atividades acordadas com o adolescente a equipe de execução deverá, junto do adolescente e sua família, elaborar o plano individual de atendimento (PIA), que além de prever todas as atividades a serem desenvolvidas, deverá também contemplar a participação dos seus pais ou responsáveis (ECA, art. 52), portanto,

o PIA é compreendido como um instrumento de trabalho a serviço das necessidades e interesses do adolescente, considerando sua singularidade articulada e produzida no contexto de sua história pessoal, da história de seus grupos de pertencimento e de sua subjetividade e que inclui a prática do ato infracional<sup>138</sup>.

Das atividades propostas, a atenção integral à saúde do adolescente é primordial, e deve considerar “ações e serviços para a promoção, proteção, prevenção de agravos e doenças e recuperação da saúde”<sup>139</sup>. Além disso,

devem ser ainda atentamente considerados cuidados especiais em saúde mental, incluindo os relacionados ao uso de álcool e outras substâncias psicoativas, e atenção aos adolescentes com deficiências, bem como ações de atenção à saúde sexual e reprodutiva e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis<sup>140</sup>.

Ademais, a escolarização deve ser alinhada a essa concepção ampliada de atenção integral à saúde do adolescente, tendo em vista que inúmeros casos de defasagem escolar ocorrem devido à vulnerabilidade que se encontram, seja nas dificuldades de acesso à escola ou até mesmo, devido ao uso de substâncias psicoativas, que interferem no modo que o adolescente se relaciona com o outro e na sua capacidade de concentração e aprendizado. Portanto, os cuidados que envolvem a saúde “devem considerar as dimensões biológica, psíquica e social dos

---

%A7a,%20Adolescente%20e%20Ato%20Infracional.%20Socioeduca%C3%A7%C3%A3o%20e%20Responsabiliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 11 out. 2016.

<sup>138</sup> BRASIL. **Orientações pedagógicas do SINASE**. Disponível em: <[http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos\\_dos\\_cursos/Nucleo\\_Basico\\_2015/Eixo\\_4/EixoIV.pdf](http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Nucleo_Basico_2015/Eixo_4/EixoIV.pdf)>. Acesso em: 09 nov.2016. P. 18.

<sup>139</sup> Ibid., p. 26.

<sup>140</sup> Idem.

adolescentes, seus medos, angústias e conflitos pessoais, e particularmente os componentes emocionais e relacionais”<sup>141</sup>.

Por sua vez, “a deficiência na escolaridade restringe as oportunidades de inclusão dos adolescentes em cursos de formação profissional e, posteriormente, as oportunidades no mercado de trabalho também se tornam limitadas”<sup>142</sup>, logo, a equipe de execução de medida deve prever a reinserção escolar, visto que não são raras as vezes que o adolescente inicia o acompanhamento da medida socioeducativa sem matrícula e frequência escolar, bem como orientar o adolescente acerca dos cursos profissionalizantes disponíveis para a sua faixa etária, não apenas como uma imposição por ser um socioeducando, mas como uma alternativa para romper com esse processo de exclusão social.

Ainda, cabe à equipe de MSE orientar e, se for o caso, inserir o adolescente em conflito com a lei e toda sua família em programas de auxílio e assistência social, vide o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), equipamento de suporte às famílias em situações de vulnerabilidades básicas, dentre elas, a inclusão das famílias nos programas de bolsa família, mobilização para o mundo do trabalho, dentre outros.

Desta forma, para que esses direitos sejam realmente garantidos, a equipe de execução deverá efetivamente acompanhar a vida cotidiana do adolescente e, “conforme a idade do adolescente, desenvolver esforços para a profissionalização, seja por meio de cursos específicos, seja por meio da fiscalização de frequência ao trabalho propriamente dito”<sup>143</sup>.

Segundo SHECAIRA, “a liberdade assistida é a pedra de toque do sistema de medidas socioeducativas”<sup>144</sup>, portanto, o programa deve contar com instrumentos adequados, caso contrário, “se a medida constituir-se exclusivamente em um controle passivo das atividades cotidianas do adolescente, é provável que a reincidência venha a ocorrer”<sup>145</sup>.

Tal qual a internação e a semiliberdade, a liberdade assistida não possui um prazo determinado de duração, por isso é necessária sua reavaliação a cada seis

<sup>141</sup> BRASIL. **Orientações pedagógicas do SINASE**. Disponível em: <[http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos\\_dos\\_cursos/Nucleo\\_Basico\\_2015/Eixo\\_4/EixoIV.pdf](http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Nucleo_Basico_2015/Eixo_4/EixoIV.pdf)>. Acesso em: 09 nov. 2016. P. 29.

<sup>142</sup> Ibid., p. 39.

<sup>143</sup> SCHECAIRA, Sergio Salomão. **Sistema de Garantias e o Direito Penal Juvenil**. 2. ed. ver. e atual., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. P. 215.

<sup>144</sup> Ibid., p. 216.

<sup>145</sup> Idem.

meses<sup>146</sup>, o que não impede que a equipe de atendimento de MSE, ao perceber que o adolescente não possui condições de cumprir o que fora proposto ou, que não adere ao programa de execução, solicite ao poder judiciário, a substituição da medida aplicada, que neste caso equivale à regressão. Por outro lado, tanto as informações quanto os relatórios encaminhados ao juiz responsável pela execução poderão ser usados em benefício do adolescente, afinal, se o descumprimento será informado ao juiz, também será informado quando o adolescente cumprir a finalidade da medida, desta forma, se ele aderiu ao programa, possui frequência escolar e se apresenta sempre que é convocado, não existem impedimentos para que sua medida seja reavaliada e possivelmente declarada extinta.

No meio aberto, a liberdade assistida se refere a uma resposta estatal para os comportamentos considerados mais graves, entretanto, não significa uma verdade absoluta. Conforme vimos acima, sempre que a equipe de atendimento verificar que o adolescente não possui condições de cumprir a medida deverá solicitar sua reavaliação, logo, um adolescente que recebeu PSC na sentença poderá regredir de medida para que a equipe possa acompanhá-lo por mais tempo e assim, consiga, junto da família deste adolescente, atingir os objetivos elencados no Plano Individual de Atendimento. Isso não consiste em aumentar a sanção, ao contrário, se trata de garantir ao adolescente que as políticas públicas de auxílio, assistência social, saúde e educação se efetivem.

O fato de a liberdade assistida não comportar um tempo pré-determinado de execução não é o mesmo que dizer que irá se prolatar no tempo de modo indiscriminado, afinal, atingindo ou não sua finalidade, ela deverá ser extinta, conforme o art. 46, da Lei nº 12.594/2012. Para DONATO, “a doutrina faz uma construção analógica *in bonam partem* para o adolescente e diz que tal prazo não pode ultrapassar o período máximo de internação, qual seja, de 3 anos”<sup>147</sup>. Por outro lado, excepcionalmente, o ECA poderá ser aplicado às pessoas entre dezoito e vinte e um anos<sup>148</sup>, o que permite que a MSE seja aplicada aos jovens adultos, tendo em

<sup>146</sup> Art. 118. Parágrafo 2º: A Liberdade Assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

<sup>147</sup> DONATO, Giancarlo Fontoura. **Sentença penal juvenil: em busca da proporcionalidade na aplicação da medida socioeducativa**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. P. 66.

<sup>148</sup> Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade.  
Parágrafo único: Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

vista que na apuração de ato infracional deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato<sup>149</sup>. Por isso, o estatuto estabelece que a liberação, para os adolescentes internados, será compulsória aos vinte e um anos de idade (art. 121, parágrafo 5º), de modo que, essa combinação de artigos resulta na interpretação de que a LA será declarada extinta quando o então adolescente, já adulto, completar vinte e um anos.

#### 4.2 ANÁLISE DOS DADOS NA CIDADE DE CURITIBA

Conforme o Instituto de Planejamento da Cidade de Curitiba- IPUCC<sup>150</sup>, existem 75 bairros no município e, estima-se que a população seja de aproximadamente 1.893.997 habitantes, por isso que, para facilitar a administração e aproximar os serviços públicos dos moradores, a cidade foi dividida, inicialmente, em nove regionais e, somente em 2015 foi implementada a 10ª Regional. Assim, em cada Regional existe um Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, equipamento responsável pelo Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (LA/PSC).

Considerando a divisão territorial, a pesquisa também buscou o número de adolescentes atendidos nas nove regionais de Curitiba, no ano de 2015, visto que ainda não havia sido instalado o décimo CREAS. Portanto, o total de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa foi de 1.472<sup>151</sup>. Destes, 331 são LA, 666 PSC e 471 LA c/c PSC, sendo 4 adolescentes sem informação de medida. Além disso, o gênero feminino corresponde a apenas 14% da totalidade. Ainda, cabe ressaltar que, dentre os motivos da extinção do processo de execução, o óbito totalizou 11 adolescentes, todos do sexo masculino.

Quanto ao perfil dos adolescentes, 48% se declarou da cor branca, sendo 26% parda e 5% preta.

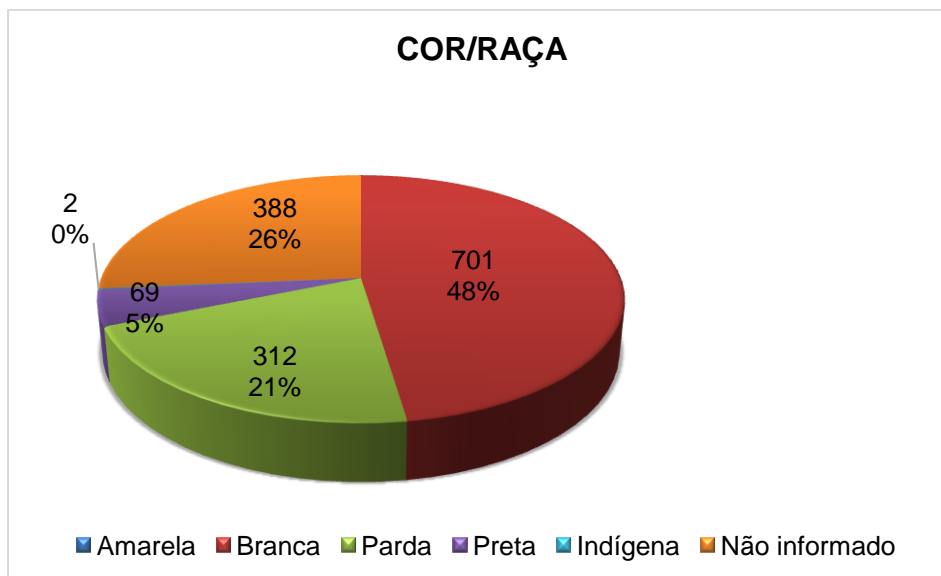
---

<sup>149</sup> Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.

Parágrafo único: Para os efeitos desta lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

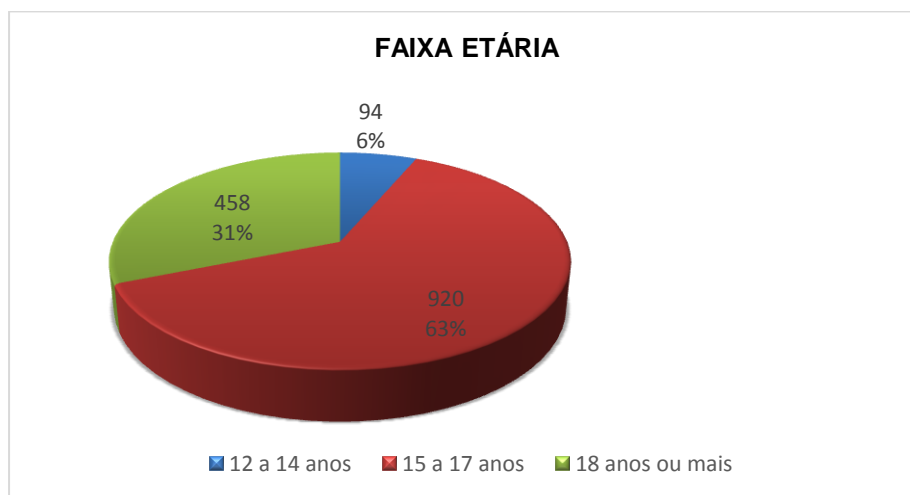
<sup>150</sup> Bairros. Disponível em: < <http://www.ippuc.org.br/>>. Acesso em 18 nov. 2016.

<sup>151</sup> Análise feita com base nos dados apresentados no seminário SINASE- Rompendo Paradigmas de Atendimento, promovido pela Fundação de Ação Social.



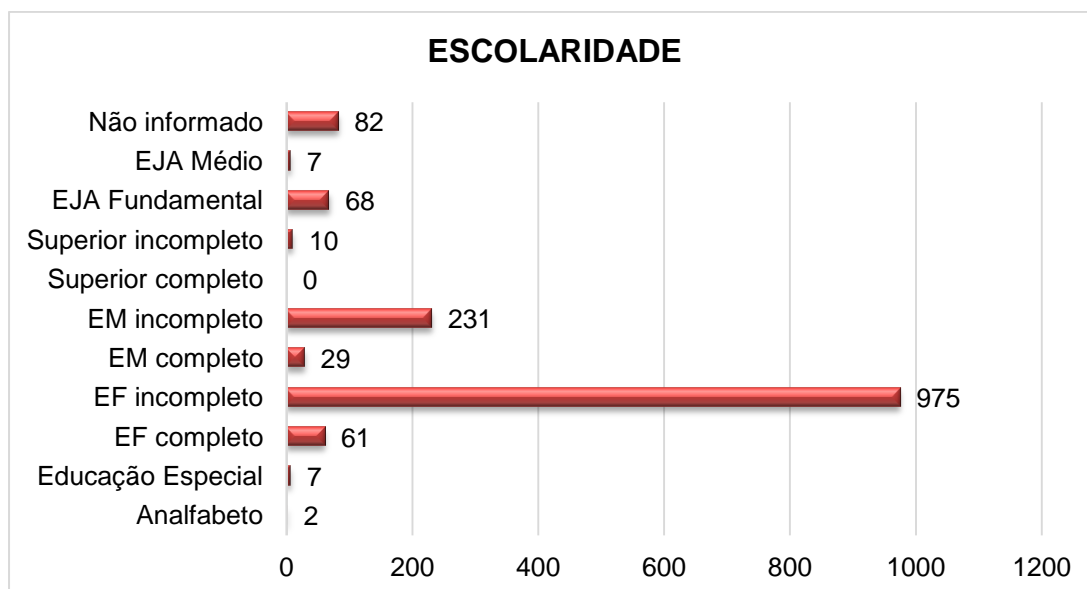
FONTE: Relatórios mensais dos CREAS 2015

A despeito da idade, predomina a faixa etária entre 15 a 17 anos, total de 920, ademais, o número dos jovens adultos acompanhados chegou a 458. A pesquisa também aponta que 14% dos adolescentes já havia cumprido alguma medida socioeducativa anteriormente.

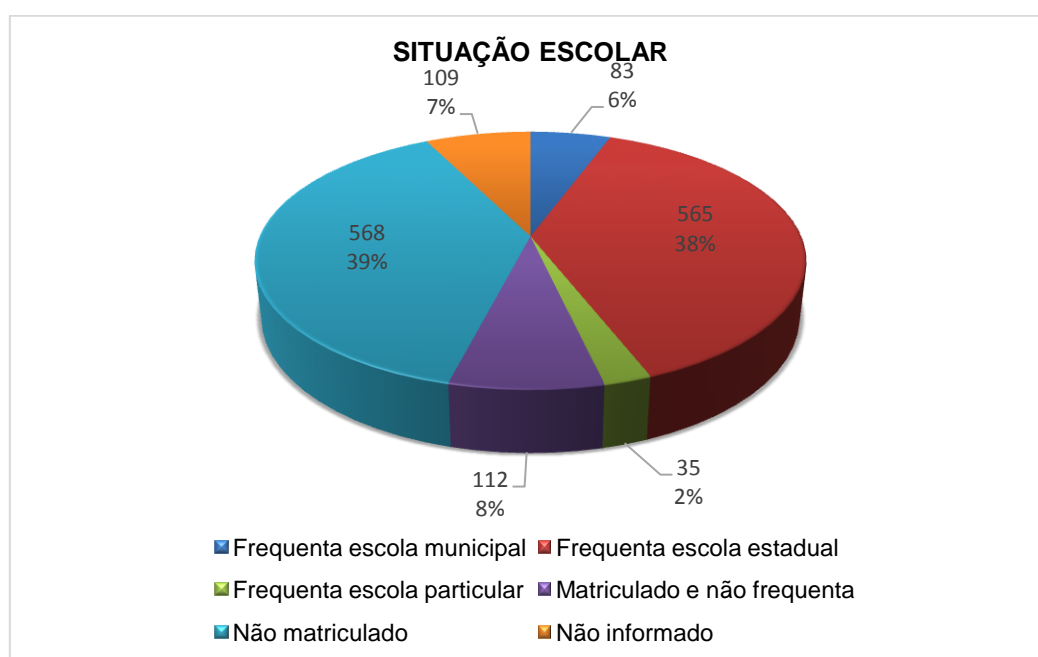


FONTE: Relatórios mensais dos CREAS 2015

Sobre a escolaridade, 975 adolescentes não haviam concluído o ensino fundamental, além disso, 680 adolescentes estavam fora do sistema oficial de ensino.



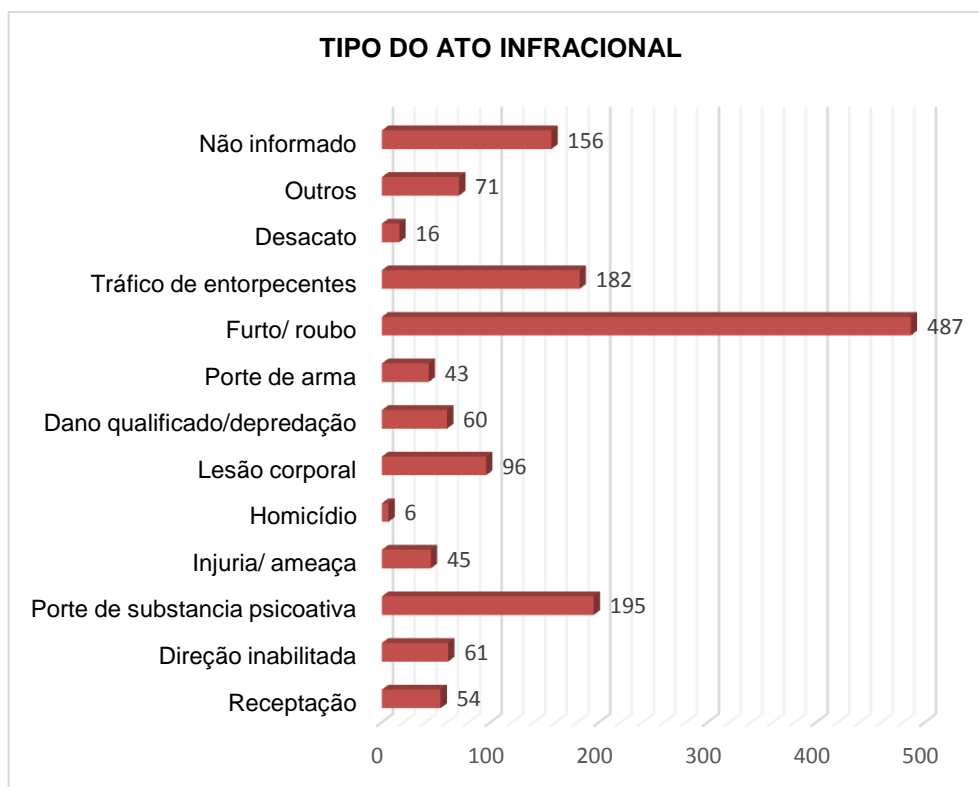
FONTE: Relatórios mensais dos CREAS 2015



FONTE: Relatórios mensais dos CREAS 2015

Por fim, verificou-se que 33% dos atos infracionais estavam relacionados ao furto e roubo, 13% enquadrados como porte de substância psicoativa e 12% tráfico de entorpecentes. Do total de adolescentes, apenas seis haviam cometido infração análoga ao homicídio.





FONTE: Relatórios mensais dos CREAS 2015

A respeito do número de adolescentes atendidos nas regionais: CREAS-CIC foi o que atendeu o maior número de adolescentes, totalizando 245, seguido do CREAS- Cajuru, com 230 adolescentes. Os menores índices ficaram por conta do CREAS Santa Felicidade e Matriz, com 90 e 95 adolescentes, respectivamente. As demais regionais: Bairro Novo, 165; Boa Vista, 180; Boqueirão, 134; Pinheirinho, 169 e Portão, 164.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Regulamentar a execução das medidas socioeducativas tornou-se fundamental para complementar a etapa da responsabilidade. Como visto no capítulo primeiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente, por si só, não conseguiu assegurar que o atendimento socioeducativo andasse a *pari passu* com o sistema se garantias de direitos, afinal, tamanha era a discricionariedade dos operadores da socioeducação.

Com o advento da Lei nº 12.594, o trabalho dos executores da medida passou a ser regido por princípios bastante claros e específicos, dentre eles, a prioridade na aplicação de práticas restaurativas na fase da execução. Com isso, abriu-se a possibilidade de buscar junto de adolescente e sua família, um meio muito mais humanitário na resolução do conflito. A ideia aqui, não é favorecer a impunidade, ao contrário, é proporcionar a reflexão acerca do ato praticado e provocar no adolescente a noção de responsabilidade, sem que para isso se utilize do aparato judicial.

Entretanto, para que o programa socioeducativo consiga desempenhar seu papel com eficiência, é necessário o comprometimento de todos os agentes envolvidos. E isso não se resume a delegar a responsabilidade pelo atendimento a apenas uma política pública, como até então vinha ocorrendo. Neste sentido, ainda que a execução de medida socioeducativa em meio aberto tenha o espaço físico da assistência social para desenvolver suas atividades, é imprescindível a participação dos demais serviços do sistema de garantia de direitos.

Deste modo, a lógica da intersetorialidade no atendimento e acompanhamento do adolescente em conflito com a lei vai além da construção do plano individual de atendimento. Consiste em intervir junto do adolescente e de sua família, de forma efetiva, assegurando o acesso a todos os programas necessários para que ele consiga superar essa vulnerabilidade que o levou a infracionar. Portanto, a articulação entre Assistência Social, Saúde, Educação e o Sistema de Justiça e Segurança Pública é importante, visto que não há como proporcionar a proteção integral se ausente um desses atores.

Por sua vez, intentou-se analisar, ainda que brevemente, os dados referentes a execução de medida socioeducativa em meio aberto na cidade de Curitiba. A partir disso, percebe-se que o discurso a respeito da crescente criminalidade juvenil não

condiz com a realidade, visto que, considerando a população da cidade de Curitiba, o número de infratores é ínfimo, não chegando a contabilizar 1% da população. Ademais, a pesquisa demonstra que a prática de atos infracionais contra a pessoa, incluindo lesão corporal e homicídio, é menos que 7% do total. Em contrapartida, chega a 13% o número de adolescentes apreendidos devido ao porte de substância psicoativa. Isso significa que as políticas públicas precisam focar na prevenção.

Além disso, se a medida socioeducativa existe como uma forma de sancionar o infrator, não há motivos que justifiquem a dilação de prazo da medida para que ele seja inserido na escola ou nos serviços da saúde. É preciso entender que o adolescente não pode ser responsabilizado por uma falha das políticas, no que se refere a oferta, acesso e vínculo nos serviços. A saída, para esses casos, seria incluir o adolescente na medida protetiva e desvinculá-lo do sistema socioeducativo, afinal, é isso que prevê o princípio da brevidade.

No que se refere às medidas propriamente ditas, se forem realizadas sem planejamento ou proposta de atendimento, elas perdem a finalidade pedagógica, de modo que, a liberdade assistida sem o efetivo acompanhamento e orientação significa apenas liberdade. Por sua vez, a lógica da prestação de serviços à comunidade consiste em trabalhar no adolescente a noção de reparação do dano por meio de tarefas gratuitas desenvolvidas em prol da comunidade. Neste sentido, se não houver uma orientação que promova o crescimento social e intelectual do adolescente, a prestação de serviços representará apenas um castigo.

Ademais, com o advento do SINASE, ficaram positivados os objetivos da medida socioeducativa, que se referem a responsabilização do adolescente, bem como a sua integração social, além disso, também se estabeleceu a desaprovação da conduta infracional. Portanto, isso permite concluir que, muito mais que o cunho punitivo, a medida precisa, antes de tudo, permear-se sob o aspecto educativo, de modo que se vislumbre nela uma responsabilização pedagógica. Todavia, para alcançar estes objetivos a que se propõe, há que ser realizada por uma equipe multidisciplinar e intersetorial.

Buscou-se com este trabalho, examinar a questão da medida socioeducativa em meio aberto, não como uma forma de exaurir o assunto, mas como uma tentativa de demonstrar que, somente através de um atendimento pautado no respeito as normas estabelecidas pelo SINASE e com foco na proteção integral do adolescente em conflito com a lei, que se pode pensar em mudar a realidade deste.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBINO, Priscilla L; ARAÚJO, Fernando H. M.; NETO, Lélío F. S. **Considerações sobre o subsistema de execução de medidas socioeducativas criado pela Lei Federal n. 12.594/12 (SINASE).** Disponível em: <[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome\\_c/SINASE/Artigo-2-SINASE-CIJ-MP-SC\\_artigodrfernandoedrlelio.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/SINASE/Artigo-2-SINASE-CIJ-MP-SC_artigodrfernandoedrlelio.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2016.

ANADEB. **Porque não à redução.** Associação Nacional dos Defensores Públicos. Disponível em: <[https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/22511/Porque\\_n\\_o\\_\\_\\_redu\\_\\_\\_o.pdf](https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/22511/Porque_n_o___redu___o.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2016.

BANDEIRA, Marcos. **Atos Infracionais e Medidas Socioeducativas: uma leitura dogmática, crítica e constitucional.** Ilhéus: Editus, 2006.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução à sociologia do Direito Penal.** 6. ed. 2011. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia. 2ª reimpressão, ago. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 05 de out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 20 out. 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.069/ 1990- Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm)>. Último acesso em: 18 nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.594/2012- SINASE.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm)>. Último acesso em: 18 nov. 2016.

BRASIL. **Tipificação dos Serviços Socioassistenciais- Resolução nº 109/2009.** Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2016.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília. DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. **Metodologia do atendimento socioeducativo.** Disponível em: <[http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos\\_dos\\_cursos/Nucleo\\_Basico\\_2015/Eixo\\_2/EixoII.pdf](http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Nucleo_Basico_2015/Eixo_2/EixoII.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2016.

BRASIL. **Justiça e Práticas Restaurativas.** Disponível em: <<http://sinase.ceag.unb.br/ensapp/>>. Acesso em: 25 out. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9. 605, de 12 de fevereiro de 1998.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm)>. Acesso em: 29 out. 2016.

BRASIL. **Orientações pedagógicas do SINASE.** Disponível em: <[http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos\\_dos\\_cursos/Nucleo\\_Basico\\_2015/Eixo\\_4/EixoIV.pdf](http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Nucleo_Basico_2015/Eixo_4/EixoIV.pdf)>. Acesso em: 09 nov.2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos operativos para o SINASE.** Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/plano-nacional-de-atendimento-socioeducativo-diretrizes-e-eixos-operativos-para-o-sinase>>. Acesso em: 29 out. 2016.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social- NOB/ SUAS.** Brasília, 2005.

BRASIL. **Guia teórico e prático de medidas socioeducativas.** ILANUD. 2004.

BRASIL. **Políticas Públicas e Marco Legal da Socioeducação no Brasil.** Disponível em: <[http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos\\_dos\\_cursos/Nucleo\\_Basico\\_2015/Eixo\\_2/EixoII.pdf](http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Nucleo_Basico_2015/Eixo_2/EixoII.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2016.

CAMPOS VIANNA, Guaraci de. **O Código de Mello Mattos e o Estatuto da Criança e do Adolescente.** Conexões. Revista da EMERJ. V.1, n. 1- Rio de Janeiro: EMERJ, 1998. Disponível em: <[http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/volume10\\_edicao especial/volume10\\_edicao especial.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/volume10_edicao especial/volume10_edicao especial.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2016.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **O adolescente infrator e os direitos humanos.** Disponível em: <[http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/adolescente\\_infrator.pdf](http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/adolescente_infrator.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2016.

CURITIBA. **Protocolo de gestão do CREAS: Referenciais teóricos e operacionais.** Volume 1. 2011.

CURITIBA. **Plano decenal municipal de atendimento socioeducativo em meio aberto de Curitiba: 2014- 2023.**

**Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016

**Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2016.

DIGIÁCOMO, Eduardo. **O SINASE (Lei nº 12.594/12) em perguntas e respostas.** São Paulo: Ed. Ixtlan, 2016. Disponível em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/doutrina/sinase/sinase\\_em\\_perguntas\\_e\\_respostas\\_para\\_conselheiros\\_tutelares\\_ed2016.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/doutrina/sinase/sinase_em_perguntas_e_respostas_para_conselheiros_tutelares_ed2016.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2016.

DIGIÁCOMO, Murillo José. **ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente anotado e interpretado.** 2. ed. São Paulo: FTD, 2011.

DIGIÁCOMO. Murilo José. **A importância do controle da execução das medidas socioeducativas e o monitoramento eletrônico de adolescentes.** Disponível em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/politica\\_socioeducativa/monitoramento\\_eletr\\_de\\_adolescentes.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/politica_socioeducativa/monitoramento_eletr_de_adolescentes.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2016.

DONATO, Giancarlo Fontoura. **Sentença penal juvenil: em busca da proporcionalidade na aplicação da medida socioeducativa**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

DOTTI, René Ariel. **Curso de Direito Penal: parte geral**. 5. ed. rev., atual. e ampl. com a colaboração de Alexandre Knopfholz e Gustavo Britta Scandelari. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

FERRAREZI, Elisabete Roseli. **Evolução das Políticas Dirigidas à Infância e à Juventude: a Secretaria do Menor de São Paulo e a introdução de um novo paradigma**. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5327/1199600054.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 29 out. 2016.

FERREIRA, Luís Antônio Miguel. Execução das medidas socioeducativas em meio aberto: prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida. In: **Justiça, Adolescente e ato infracional**. Socioeducação e Responsabilização. Disponível em: <<https://www.tjsc.jus.br/infjuv/documentos/midia/publicacoes/cartilhas/criancaeadolescente/Justi%C3%A7a,%20Adolescente%20e%20Ato%20Infracional.%20Socioeducacao%C3%A7%C3%A3o%20e%20Responsabiliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2016.

GARCÍA MÉNDES, Emilio. Evolución historica del derecho de La infancia: ¿Por que una historia de lós derechos de la infancia? In: **Justiça, Adolescente e ato infracional**. Socioeducação e Responsabilização. Disponível em: <<https://www.tjsc.jus.br/infjuv/documentos/midia/publicacoes/cartilhas/criancaeadolescente/Justi%C3%A7a,%20Adolescente%20e%20Ato%20Infracional.%20Socioeducacao%C3%A7%C3%A3o%20e%20Responsabiliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2016.

**Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964**. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/noticias/arquivo/funabem---lei-n-o-4513-de-1o-de-dezembro-de-1964>>. Acesso em: 29 out. 2016

**Lei de 16 de dezembro de 1830**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm)>. Acesso em: 09 ago. 2016.

MINAHIN, Maria Auxiliadora. **Tratamento jurídico-penal das infrações penais praticados por adolescentes: uma terceira via**. Artigo publicado em: Revista *Duc In Altum* - Cadernos de Direito, vol. 7, nº12, mai-ago. 2015. Disponível em: <<http://www.faculadadedamas.edu.br/revistas/index.php/cihjur/article/view/434/456>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

ONU. **Regras Mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing)**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/SinaseRegrasdeBeijing.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2016.

RIZINNI, Irene. **Para Além das Grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo**. Organização de Maria Helena Zamora. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio. São Paulo: Loyola, 2005.

RIZINNI, Irma. O surgimento das instituições especializadas na internação de menores delinquentes. In: **Para Além das Grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo**. Organização de Maria Helena Zamora. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio. São Paulo: Loyola, 2005. P. 14.

SARAIVA, João Batista Costa. **Legem Habemus! O SINASE agora é lei**. Disponível em:

<[https://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/revista\\_digital/numero\\_06/4\\_legem\\_habemus.pdf](https://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/revista_digital/numero_06/4_legem_habemus.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2016.

SARAIVA, João Batista Costa. **Desconstruindo o Mito da Impunidade: Um Ensaio de Direito (Penal) Juvenil**. Brasília: 2002.

SCHECAIRA, Sergio Salomão. **Sistema de Garantias e o Direito Penal Juvenil**. 2. ed. ver. e atual., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

SOUZA, Rosimere de. **Caminhos para a municipalização do atendimento socioeducativo em meio aberto: liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade**. Rio de Janeiro: IBAM/DES. 2008.

ZAFFARONI. Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991.